

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GEOGRAFIA

Clara Niehues Rivas

Comunidade da Ponta do Leal: entre ações do Estado e práticas insurgentes

Florianópolis
2020

Clara Niehues Rivas

Comunidade da Ponta do Leal: entre ações do Estado e práticas insurgentes

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia
Orientador: Prof. Dr. Elson Manoel Pereira

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rivas, Clara Niehues
Comunidade da Ponta do Leal: entre ações do Estado e
práticas insurgentes / Clara Niehues Rivas ; orientador,
Elson Manoel Pereira, 2020.
63 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Geografia,
Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Florianópolis. 3. Planejamento urbano.
4. Práticas espaciais insurgentes. 5. Ponta do Leal. I.
Pereira, Elson Manoel. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Geografia. III. Título.

Clara Niehues Rivas

Comunidade da Ponta do Leal: entre ações do Estado e práticas insurgentes

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Geografia

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2020



Documento assinado digitalmente
Maria Helena Lenzi
Data: 28/02/2020 12:49:29-0300
CPF: 036.233.599-04

Prof.^a Dr.^a Maria Helena Lenzi
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Elson Manoel Pereira
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Samuel Steiner dos Santos
Avaliador

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Luis Felipe Cunha
Avaliador

Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado a todas e todos que lutam por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à minha mãe, Adriana, por me proporcionar todas as condições necessárias para que eu conclua este curso e este trabalho. Ela me ensinou a importância da sinceridade, da intencionalidade e do cuidado. Obrigada por fazer o impossível.

Ao professor Elson, por ser um orientador e amigo atencioso, prestativo e calmo. Obrigada por orientar os passos da minha caminhada.

Agradeço também a minha outra família: Rafael, Lauro e Bruna, obrigada por cuidarem de mim, me alimentarem e estarem comigo em dias que nem eu aguentaria estar. Vocês são a família que eu escolhi.

Ao Victor, meu companheiro, por lutar comigo diariamente por uma sociedade digna, respeitar todos os momentos complexos desse fim de ciclo e coçar minhas costas. Sou feliz com você.

Aos meus grandes amigos, presentes que a Geografia me deu: Guilherme, Mateus, João Victor, Felipe, Afonso, Tânia e Marília.

À minha Amiga Sofia, por compartilharmos todos os pensamentos mirabolantes acerca do mundo. À minha amiga Mariana, pelas risadas e leveza que melhoram minha vida todos os dias. À minha amiga Luana, por todos os meus momentos de dúvidas que seu tom de voz dissolveu.

Aos colegas do Laboratório Cidade e Sociedade, por me apresentarem esse mundo tão bem.

Aos meus camaradas do Coletivo Alicerce e a todo o povo que batalha. Vale a pena lutar por um mundo novo com vocês.

*a saber o que dessa cidade
chove no terreno pronto
e faz brotar tanta improvisação
pra lembrar aos bons otimistas
ou aos perdidos turistas
que apesar de tanta grossura
vamos sempre
com gente e ternura
desenhar nosso jeito
de habitar esse chão*

Júlia Ceccon Ortolan, 2019

RESUMO

Neste estudo de caso analisou-se o histórico da comunidade da Ponta do Leal, uma ocupação urbana localizada no Balneário do Estreito – Florianópolis, em sua luta por moradia e características que possam a qualificar enquanto uma prática espacial insurgente. Essas práticas utilizam de formas alternativas de ocupação e transformação do espaço urbano, moldado pelo neoliberalismo, em busca de direito à cidade e justiça social. Em quase vinte anos a comunidade protagonizou o embate com o capital imobiliário e, com ações combinadas do Estado e ações diretas, conquistou o direito à moradia em área nobre da cidade via Minha Casa Minha Vida.

Palavras-chave: Ponta do Leal. Insurgência. Planejamento urbano.

ABSTRACT

In this case study it is intended to analyse the Ponta do Leal's community history, an urban occupation located at Balneário do Estreito - Florianópolis, in its struggle for housing and characteristics that may qualify it as an insurgent spacial practice. These practices utilize alternatives forms of occupation and transformation of the urban space, molded by neoliberalism, in search of right to the city and social justice. In nearly twenty years the community protagonized the clash against the real state capital and, with combined State and direct actions, achived housing rights in a noble area of the city through Minha Casa Minha Vida.

Keywords: Ponta do Leal. Insurgent. Urban Planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Plano Diretor de 1955.....	23
Figura 2: Localização.....	26
Figura 3: Instalações da Texaco na Ponta do Leal.....	27
Figura 4: Construção de palafitas na Ponta do Leal	29
Figura 5: Ocupação urbana da Ponta do Leal	31
Figura 6: Beira Mar Continental.....	33
Figura 7: Progressão Ocupação Urbana	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP Ação Civil Pública

AIS Área Interesse Social

AMA Ateliê Modelo de Arquitetura

APP Área de Proteção Permanente

BNH Banco Nacional de Habitação

CASAN Companhia de Águas Catarinense

Escritório Catarinense de Planejamento Integrado - ESPLAN

FATMA Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IMA Instituto do Meio Ambiente

MCMV Minha Casa Minha Vida

MPF Ministério Público Federal

PMF Prefeitura Municipal de Florianópolis

SPU Superintendência de Patrimônio da União

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

ZEIS Zona Espacial de Interesse Social

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE FLORIANÓPOLIS	18
2.2	FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DA PONTA DO LEAL.....	25
3.	OS AGENTES DO CAPITAL DEMANDAM O ESPAÇO PRIVILEGIADO DA OCUPAÇÃO.....	32
3.1	CONTEXTO.....	32
3.2	ENTRE AÇÕES DA COMUNIDADE E DO ESTADO	35
4.	SE A CIDADE FOSSE NOSSA.....	46
4.1	A CIDADE CAPITALISTA.....	47
4.2	O ESTADO	47
4.3	PRÁTICAS ESPACIAIS E PLANEJAMENTO INSURGENTE	50
4.3.1	Lutas combinadas	52
4.4	A INSURGÊNCIA NA PONTA DO LEAL.....	54
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
	REFERÊNCIAS.....	61

1. INTRODUÇÃO

“É a ordem social capitalista que gera reiteradamente as más condições que pretende sanar” -
ENGELS

Quem passava há alguns anos pelo bairro do Balneário do Estreito, um bairro de classe média com acelerada valorização imobiliária, se deparava com uma favela de palafitas única no município de Florianópolis. Hoje esta realidade não existe mais e constatamos que a população desta antiga favela está morando num pequeno prédio à Beira Mar, muito próximo do local. Como foi possível isto num município caracterizado pela forte especulação imobiliária onde o preço da terra determina a localização de sua população?

A Ponta do Leal é uma área localizada no Balneário Estreito, parte continental de Florianópolis. O bairro do Estreito está localizado na parte continental do município de Florianópolis e conecta-se a parte insular pelas pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos e pela ponte cartão postal da Ilha: Hercílio Luz, para pedestres, ciclistas e transporte coletivo. Com uma comissão de revisão territorial implementada na Capital, em XIX, Estreito e Balneário tornaram-se bairros distintos e pertencentes à Florianópolis. Historicamente, Estreito era o bairro comercial e Balneário o bairro residencial, tendo a praia como um grande atrativo imobiliário e turístico (PALMA, 2008).

A comunidade que habitava a Ponta do Leal foi fundada por pescadores em 1960 e era composta de aproximadamente 95 famílias que viviam em casas de palafitas e em condições impróprias de moradia. Organizados, reivindicaram com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, a partir de 2000 melhorias no saneamento e nas condições de moradia, mas só em 2005, a situação mudou radicalmente, na medida que o Ministério Público Federal ordenou que as famílias fossem retiradas do local, considerado insalubre, e fossem realocadas em um conjunto habitacional. A primeira solução dada pelo poder público foi de realocá-las em áreas periféricas da cidade (algumas famílias para o centro e outras para o norte da ilha). Diante desta possibilidade, os moradores organizaram um movimento que procurasse soluções sem que precisassem morar em outra parte da cidade e abandonar o local em que viveram por anos.

Enquanto uma população pobre procurava saídas para seu problema habitacional, milhões eram investidos na mesma área para construção da Beira Mar

Continental, aumentando o valor de terra e o custo de vida no seu entorno. Com ajuda de entidades, movimentos sociais, representantes políticos e o centro comunitário da Ponta do Leal, propuseram que o terreno ao lado da ocupação, pertencente à CASAN (Companhia de Águas Catarinense) fosse destinado à construção do conjunto habitacional. Um edital do governo Federal, do programa Minha Casa Minha Vida, lançado no final de 2013 foi a solução encontrada para resolver a questão de habitação na Ponta do Leal.

Como tal solução foi assumida pelo poder público? Como a comunidade de ocupantes de uma área valorizada e disputada pelo capital imobiliário conseguiu se manter próximo ao lugar onde moravam? Que agentes concorreram para esta solução? O processo que resultou na construção de um conjunto habitacional para abrigar a comunidade da Ponta do Leal pode ser caracterizado como fora da lógica do processo de ocupação capitalista? Haveria um certo grau de insurgência na ação dos moradores?

Miraftab (2016) apresenta de forma muito direta que, não só o capitalismo está em crise, mas também o planejamento urbano enquanto profissão e ideia. As práticas de planejamento urbano insurgente vêm de uma tradição radical do planejamento urbano, necessária para romper com o planejamento neoliberal dominante. Se faz necessário reconhecer práticas espaciais que vão além das estruturas do Estado e lutam por uma nova forma de viver nas cidades. Essas práticas também podem ser tratadas como planejamento conflitivo, radical ou transformador:

(...) imersas nesse cenário de conflitos, uma série de práticas sociais locais, tais como ocupações, intervenções artísticas (...) e mesmo planos urbanos elaborados de modo independente ao planejamento institucional vêm sendo problematizadas enquanto práticas (espaciais) insurgentes, ou ainda, experiências de planejamento insurgente. O ponto crucial que articula esse amplo rol de práticas à ideia de “insurgência” (...), é o fato que são lutas protagonizadas por cidadãos comuns, ativismos e movimentos sociais, as quais envolvem disputas materiais e simbólicas na e pela cidade, frente a degradação das condições de vida urbana imputadas pela neoliberalização. (CUNHA, 2020, no prelo.)

A ocupação se mostrou como um lugar que se contrapôs às ordens do Estado que pretendia desapropriá-la e que, por meio de formas horizontais de organização e participação; pela ocupação do espaço urbano e resistência à violência, a comunidade revelou os limites e as condições urbanas vividas sob o sistema capitalista. Resistiu ao projeto neoliberal envolto nas estruturas do Estado e se mostrou contrário à precarização da vida nas cidades. As práticas insurgentes buscam:

Contornar o cerceamento do espaço urbano pelo capital financeiro, utilizando-se de formas alternativas de apropriação do espaço e de territorialização para ocupar os espaços da cidade e reivindicá-la enquanto bem comum. (...). Resistindo às diversas formas pelas quais o projeto neoliberal domina as estruturas do Estado e buscando lutar contra a precarização das condições de trabalho, dos serviços urbanos e das condições de vida nas cidades, diferenciadas práticas sociais insurgem no cenário urbano contra o processo geral de neoliberalização. (PEREIRA, E. et al. 2019, p.10-11)

Corrêa nos mostra que “o espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendrada por agentes que produzem e consomem seu espaço.” (2004, p.11¹). Quem são esses agentes em Florianópolis? Como eles atuam no processo de segregação da cidade?

Este trabalho de conclusão de curso parte da pergunta central: *Como a comunidade da Ponta do Leal, não obstante a pressão do mercado imobiliário, permaneceu próximo à área inicialmente ocupada?* Secundariamente, indagamos quem foram e como atuaram os principais agentes do processo?

Dessas questões emerge o objetivo de nossa pesquisa: compreender o processo de organização da comunidade, no processo de resistência à remoção do espaço ocupado e na definição das condições da solução habitacional ofertada pelo poder público.

Como objetivos específicos, buscamos:

1. Sistematizar e analisar o histórico de ocupação da comunidade da Ponta do Leal;
2. Elencar os agentes que atuaram neste processo e; por fim,
3. Analisar as táticas usadas pela comunidade para reverter a lógica de mercado.

A escolha do tema se justifica pela necessidade de se apresentar casos exitosos na luta contra o poder hegemônico do planejamento urbano em Florianópolis, mostrando a necessidade de rejeitar as políticas verticalizadas e desafiar a ordem do Estado com outras formas de organização e luta por direito à cidade.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso: um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são

¹ CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo, Ática, 2004.

utilizadas várias fontes de evidência. (GIL, apud YIN, 2014, p. 57). A este estudo de caso cabe explorar a situação real e material de moradia em que a comunidade estava submetida, descrever o contexto político em que os agentes atuavam e identificar elementos que caracterizem o objeto de estudo como uma prática de planejamento insurgente. As reflexões foram pautadas no método materialista histórico-dialético, entendendo que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (GIL, 2014, p.14).

Foram realizadas entrevistas com representantes dos principais agentes do processo, de forma semiestruturada, levantando pontos centrais a serem tratados e conectado às problemáticas do objeto (GIL, 2014, p.108). A partir dos diálogos com a procuradora Analúcia Hartmann, representante do MPF, e com João Luís de Oliveira - Gão, líder comunitário, foi possível criar uma linha temporal dos acontecimentos e, de maneira qualitativa, incorporar ao presente trabalho elementos pertinentes aos entrevistados.

Inicialmente, partiu-se de uma busca em veículos jornalísticos (físicos e digitais) a fim de iniciar o histórico, precisar datas e entender o que a mídia hegemônica repercutia acerca da área. Com isso, se dá início à uma revisão bibliográfica em artigos, livros, monografias e teses sobre a formação de Florianópolis, principalmente sobre a formação do Estreito e da Ponta do Leal. Já compreendendo mais das disputas, as entrevistas realizadas buscavam criar a narrativa centrada nos agentes do processo, confrontando com notícias vinculadas na mídia. As entrevistas foram cruciais para a elucidação na disputa de narrativa sobre o processo.

Para tanto, foi necessário um resgate histórico acerca da formação socioespacial² de Florianópolis, presente no primeiro capítulo, para materializar o traço segregador do município e apresentar as relações de poder presentes neste território. No segundo capítulo está apresentado o histórico de luta por moradia protagonizado pela comunidade da Ponta do Leal, realizado através de pesquisa em fontes primárias: entrevistas, estudo de campo, fotografias, análise de arquivos

² Iniciada por Marx e Engels como formação social, em seguida incorporada por Lênin e somada a condição de que não há sociedade sem espaço, foi formulada por Milton Santos a categoria de formação socioespacial, a qual “refere-se à análise da concreticidade de uma sociedade (compreendendo sua evolução, sua situação atual, sua mudança histórica e suas relações) sendo esta uma realidade histórico-concreta, geograficamente localizada.” (BASTOS, 2016, p. 278)

públicos (Prefeitura Municipal de Florianópolis, Ministério Público Federal, Casa da Memória de Florianópolis, Hemeroteca Digital Catarinense etc) e em fontes secundárias: matérias de veículos de comunicação (FloripAmanhã, NSC, Ric! etc), biografias e outros escritos acadêmicos publicados sobre o tema. No terceiro e último capítulo, está apresentado o conceito de planejamento urbano insurgente, suas características e tipologias e a análise do processo histórico/social estudado. Toda a análise foi feita à luz da literatura pertinente, com destaque para Miraftab (2009; 2016), Holston (2016) e Souza (2013;2017). A disposição dos capítulos foi assim pensada com o intuito de priorizar elementos históricos e materiais da vida daquela comunidade para, aí sim, apresentar a revisão bibliográfica que pode nos ajudar a compreender o processo estudado como uma prática insurgente.

2. FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE FLORIANÓPOLIS

Para entender o papel periférico exercido pelo continente próximo à ilha de Santa Catarina, e por consequência a Ponta do Leal, é preciso resgatar um pouco da formação do povoado que deu origem ao atual município de Florianópolis.

A formação territorial do Estado de Santa Catarina tem como princípio as capitanias hereditárias, divisão de quatorze faixas de terra concedidas às famílias nobres ou de confiança do rei - de Portugal - D. João III, entre 1534 e 1536. A capitania de Sant'ana pertencia inicialmente a Pero Lopes de Sousa e depois a seus herdeiros, fundindo-se à capitania de São Vicente em XVII. Com a morte do último herdeiro, D. Lopo, a Coroa Portuguesa põe fim à disputa pela terra escriturando para si a área pertencente a essas capitanias.³

Em 1675, o bandeirante paulista Francisco Dias Velho deu início a colonização branca⁴ em território catarinense, trazendo sua família, dois padres jesuítas e centenas de indígenas escravizados. Portugal, em 1680, fundou a Colônia do Sacramento, na atual República do Uruguai. A expansão portuguesa ao sul do continente demandou a necessidade de uma unidade administrativa para gerenciar e garantir a posse de terras à Coroa em oposição ao domínio espanhol.

A capitania da Ilha de Santa Catarina foi criada pela Provisão Régia de 11 de agosto de 1738 com fins militares de proteção a barra do Rio Grande, sob o comando do governador capitão-mor brigadeiro José da Silva Paes. No ano seguinte já se tem início a construção das três fortalezas que seriam responsáveis por transformar a Ilha em uma base militar⁵. A fixação das tropas militares e a incorporação de uma estrutura político administrativa alteraram a dinâmica pacata da vila de pescadores ali residentes. Peluso:

Inicialmente, essa população estava localizada na área central do núcleo urbano, mas com a instalação dos comerciantes na vila, se deslocaram para áreas periféricas, bairros pobres, a oeste da praça central. Esses teriam sido os bairros mais sujos de Desterro. (1991, p. 343)

³ **Atlas Geográfico de Santa Catarina**, fascículo 1 e 3. Departamento do Estado de Santa Catarina. (2013-2019).

⁴ Antes da invasão no país, a terra correspondente a Santa Catarina era habitada por três grandes grupos indígenas: guarani, xokleng e kaingang. Mais em: BRIGHENTI, Carlos. **Povos Indígenas em Santa Catarina**. 2013.

⁵ A fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim foi o vértice inicial do triângulo defensivo da baía norte, sendo seguido pela Fortaleza de São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratonés, enquanto ao sul era responsabilidade da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.

Os primeiros municípios criados em Santa Catarina são Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco (atual São Francisco do Sul), Santo Antônio dos Anjos da Laguna (Laguna), Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis). Por volta de 1750, para ocupar o território cobiçado pelos espanhóis, chegaram cerca de cinco mil açorianos, que receberam doações de terras na ilha e no continente. Segundo Faccio:

As razões que motivaram a imigração, nesse período, foram: povoar para conquistar, manter as tropas militares e aliviar a pressão demográfica no Arquipélago dos Açores, com escassez de terras agricultáveis. (...). Os lotes coloniais, que receberam ao chegar, além de muito pequenos, foram mal distribuídos. E ainda, acrescentando a todas essas dificuldades e privações, os açorianos nas terras catarinenses sofreram mais agudamente o peso do “estatuto colonial”, expresso nos constantes recrutamentos para atividades militares e embargos de mercadorias para manter as tropas, atendendo à função central dessa área: a defesa e expansão do domínio português no extremo sul. (FACCIO,1997, *apud* SILVA, 1978, p.55):

Nesse período, pouca importância foi dada ao continente próximo, embora tenha havido a criação de vilas nos atuais municípios de Palhoça, São José e Biguaçu.

Ao fim do século XVIII, a Ilha apresentava um bom desenvolvimento agrícola, possibilitando que, com a produção de excedentes, Desterro alcançasse uma influência no mercado regional, conformando-se como um centro urbano.

O início do XIX é marcado pelo aumento populacional motivado pela vinda de imigrantes alemães, italianos, poloneses e ucranianos, que se instalaram no vale, planalto e litoral do estado. Devido ao aumento populacional, a cidade precisava de melhorias básicas no porto central, construção de edifícios públicos e uma melhor estrutura viária, demandando maior investimento federal.

Segundo Sugai (2015) até a primeira metade do século XIX a ocupação espacial da cidade ocorreu ao redor da Praça da Matriz, próximo aos edifícios públicos e a leste da praça, em direção ao Morro da Cruz em virtude do comércio intenso e maioria das habitações, tanto dos setores sociais mais influentes como os da população mais pobre. No final daquele século se inicia a separação espacial entre os locais de comércio e moradia entre ricos e pobres, coincidindo com a expansão do trabalho livre e o surgimento, ainda frágil da classe média. Os mais ricos habitavam a área da Praça da Matriz e os mais pobres nos cortiços à leste da praça e próximos de áreas portuárias e de atividades industriais (p. 56-57).

O período da Primeira República (1889-1930) é marcado pela manutenção das oligarquias agrárias no poder, pelas revoltas contrárias ao governo e pelas primeiras

ações governamentais de reforma urbana⁶. É também nesse período que se mostra conveniente à burguesia local o ordenamento urbano da cidade, acarretando em intensas disputas de poder e em marcas da cidade: a violência de classe, a gentrificação⁷ e a dominação da elite na tomada de decisões políticas.

Em maio de 1894, em uma controvérsia homenagem ao marechal Floriano Peixoto, Nossa Senhora do Desterro é nomeada de Florianópolis: cidade de Floriano. Desterro era sede do movimento de resistência ao governo do presidente Floriano - conhecido como “Marechal de Ferro” pela forte repressão à Revolução Federalista - distanciando a capital catarinense da sede do Governo Central e promovendo uma diminuição dos recursos financeiros à cidade. Floriano Peixoto nomeia o governador interventor da Infantaria do Exército Antônio Moreira César, conhecido como “Corta Cabeças” para executar a Lei Marcial “contra os que cometeram crimes contra o governo federal”. Sob os comandos do marechal, o coronel foi responsável por praticar diversas formas de repressão contra os revoltosos. Depois de torturas, perseguições e execuções ordenou o fuzilamento de aproximadamente duzentas pessoas⁸ opositoras ao seu governo na fortaleza de Anhatomirim (Ilha do Diabo, em tupi), sem apuração dos fatos e julgamento apropriado. Com a República devidamente instaurada, Hercílio Luz foi o primeiro governador eleito por voto direto de Santa Catarina, que, três dias após sua posse, sanciona o projeto aprovado pelo Legislativo que alterava o nome de Desterro para Florianópolis. Também com a mudança do nome da cidade, diversas ruas são rebatizadas apagando qualquer histórico monárquico.

O proposital esquecimento do passado aparece como estratégia política para a modernização da cidade e é reforçada por práticas higienistas/sanitaristas. Pequenas mudanças estruturais aconteciam na cidade desde 1880, mas somente no início do século XX que se instalaram políticas estatais de saneamento. Em Araújo (1989), fica explícito o projeto da burguesia florianopolitana na regeneração da cidade e da sociedade. Segundo Nascimento:

Entre as elites da capital surge um entrecruzar de desejos no que diz respeito à beleza e à salubridade da cidade que perpassam pela

⁶ Id. FACCIO (1997, p.24)

⁷ Gentrificação é o fenômeno de transformação de espaços urbanos pela substituição da classe social que ali vivia: são expulsas as camadas da população de baixa renda e entram representantes da burguesia. Essa manifestação carrega um processo de diferença de investimentos, reabilitação e apropriação das áreas urbanas e uma forte violência de classe.

⁸ O número exato de mortos no massacre não é documentado.

necessidade de ajustar os comportamentos de toda a população, principalmente dos pobres, vistos como incapazes, indolentes, doentes e atrasados. (2008, p.3)

Assim como em outras capitais do país, Florianópolis passou por um período importante que se reproduz até hoje. A cidade precisava ser “agradável aos olhos dos visitantes”, não podendo demonstrar a realidade da população que ali vivia - famílias pobres, trabalhadores do comércio malvestidos e com condições precárias de trabalho. Então se iniciou o processo de alargamento de vias públicas⁹, construção de novos prédios administrativos com uma arquitetura mais “moderna”, implantação de rede de energia elétrica (1910), sistema de água encanada (1909) e esgotamento sanitário (1913). Dessas melhorias, somou-se a construção da Ponte Hercílio Luz (1926) marcando o desenvolvimento urbano da capital. Vale ressaltar que “as freguesias mais distantes do centro eram vistas como rurais e não exigiam os mesmos cuidados que eram priorizados às áreas que estavam sob os olhares da burguesia.”¹⁰ Essas reformas materiais na cidade traduziam a necessidade de uma transformação nos hábitos e costumes da população.

A construção da Ponte Hercílio Luz vem da promessa do governador homônimo¹¹ ao desenvolvimento da capital e conexão da cidade ao restante do estado. Inaugurada em maio de 1926, é a primeira ligação terrestre da Ilha de Santa Catarina ao continente que, diferente do esperado, não transformou imediatamente a cidade, pois não existia suporte viário para completar a conexão. Isso fez com que o governo estadual aumentasse a malha urbana e dedicasse uma atenção inicial ao planejamento urbano da capital¹².

Grandes proprietários de terra investiram em loteamentos no continente, como já havia acontecido na Ilha. Com a construção da Ponte e a crise dos anos 30, diversas chácaras foram loteadas e as terras valorizadas; embora a valorização da terra tenha sido rápida, o continente ainda era um lugar mais barato para se viver em comparação

⁹ “A crença de que a concentração do ar, impedido de circular, traria doenças para os habitantes fez com que os poderes políticos instituídos empreendessem a tarefa de alargar as ruas, fazer terraplanagens a fim de facilitar a renovação do ar o que, conseqüentemente, levaria embora os ‘miasmas’ tão prejudiciais à saúde”. (NASCIMENTO, 2008, p.4)

¹⁰ NASCIMENTO, (2008, p.4)

¹¹ O nome inicial da Ponte seria Ponte da Independência (retratando a intenção da sua construção), mas com o falecimento do governador ela recebeu o nome Hercílio Luz, seguindo o padrão de batizado das estruturas estatais em homenagem à representantes políticos.

¹² FACCIO, (1997, p. 25)

com a Ilha, fazendo com que, no final dos anos 40, mais de um quarto da população morasse no lado continental da cidade (SOUZA *apud* DIAS, 2010).

Como exposto em Sugai (2015), em meados de 1950 a ideia do Plano Diretor surge na intenção de conceber a cidade e o sistema viário em sua totalidade. A experiência da construção da Ponte Hercílio Luz e a adoção do ônibus como meio de transporte mostrou a necessidade de um olhar técnico e experiente para o desenho urbano. A autora caracteriza o período de 1930 a meados da década de 1940 como um período de transição, onde investimentos urbanos eram localizados e pontuais:

Essa transição caracterizou-se pela mobilidade residencial, pela expansão imobiliária e pelo início da periferização das camadas populares e, também, pela ampliação do aparelho governamental e do funcionalismo público. (...) A população de mais baixa renda que ocupava as encostas dos morros próximos à cidade começou a expandir-se para a área do Estreito, no Continente. (...) As áreas residenciais das camadas de alta renda, na Ilha, se concentravam de forma expressiva na área norte do centro urbano, na direção da Praia de Fora, da baía norte. No entanto, setores das elites locais já haviam adquirido, como foi visto, antes mesmo da construção da Ponte Hercílio Luz, glebas de terras na área continental. Evidentemente, longe do matadouro, do movimento portuário e comercial, e dos primeiros loteamentos populares. (2015, p. 69)

O bairro do Estreito foi incorporado a Florianópolis, deixando de pertencer a São José em 1944, sendo agora área da capital e orientada pelo Plano Diretor a partir de 1955. Os serviços públicos da cidade se concentravam no centro de Florianópolis; exceto o Matadouro Municipal¹³, os quartéis do Exército e a escola da Marinha, que ficavam no Estreito. Conforme Sugai (2015, p.72), “a anexação do Distrito do Estreito a Florianópolis envolvia grandes interesses políticos e econômicos representados pelos interesses fundiários, imobiliários e também, madeireiros e exportadores”. Também lá, o Plano Diretor de 1952-55 propunha um aterro de sessenta hectares para a construção de um complexo portuário como “elemento indutor do desenvolvimento urbano da capital” e ao lado do porto, deveria ser implantada, (PEREIRA, 2010):

Uma zona comercial e industrial e com o desenvolvimento da cidade, zonas residenciais deveriam se estabelecer no continente. Esse conjunto exerceria uma atração sobre o centro tradicional (insular) que seguiria suas funções de centro comercial, administrativo e de zona residencial. (p. 108)

¹³ O Estreito era um bairro onde a maioria dos moradores trabalhavam no Matadouro e viviam dos restos das carnes, sendo ironicamente chamados de “tripeiros”.

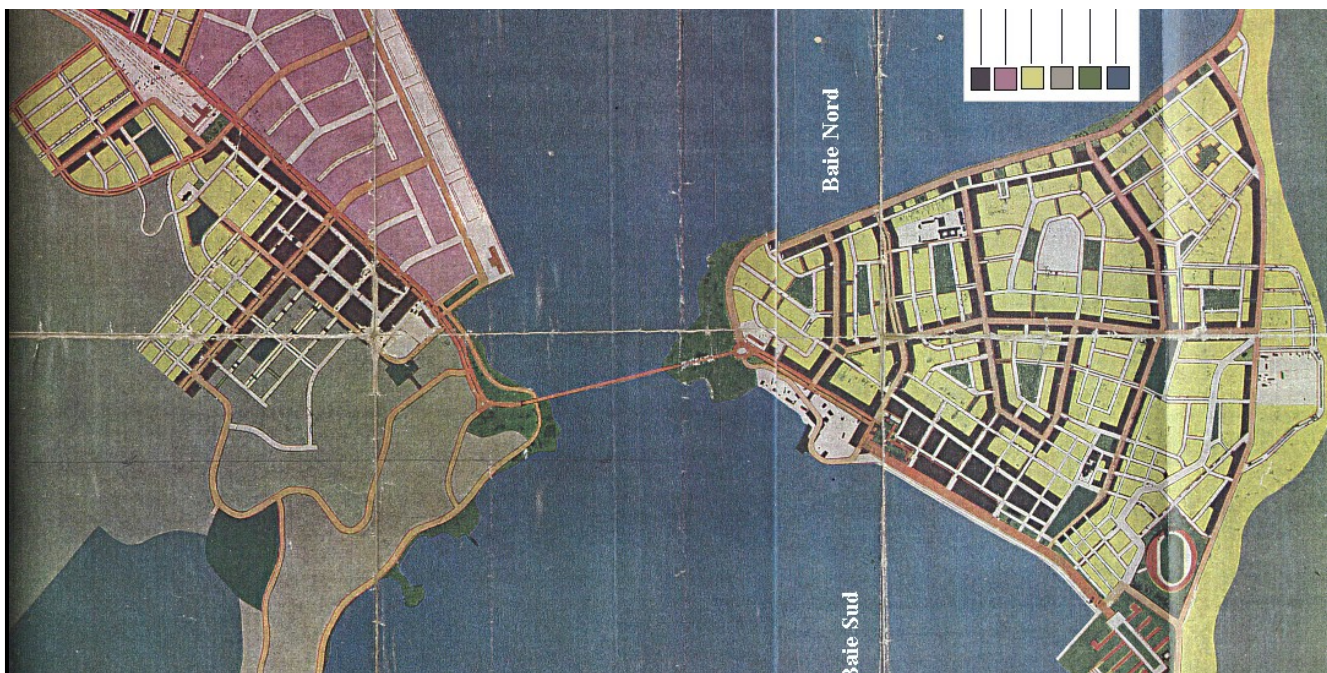


Figura 1: Plano Diretor de 1955
Em rosa, a área de aterro destinada à área industrial no Continente.
Fonte: Pereira, 1999

A localização do complexo portuário é indicada no continente pela facilidade da implantação de um aterro, pela melhor acessibilidade rodoviária e principalmente pela marcada segregação presente no Plano: as atividades desprezadas pela burguesia estariam longe o suficiente para não serem vistas, mas perto o suficiente para servi-las. A instalação do porto acarretaria em diversas mudanças na dinâmica local, como a necessidade de mais espaço físico para estoque, mais vias públicas, maior circulação de pessoas e o aumento da concentração de trabalhadores homens - na época, responsáveis por atividades que exigiam força física e eram altamente insalubres- e, conseqüentemente o aumento de prostíbulo na região.

Balanceando os impactos negativos da construção do porto e das atividades que advinham da sua instalação, o Plano previa o estabelecimento de gabaritos mais altos para a criação de um centro comercial moderno (sendo o único com gabarito permitindo até 12 pavimentos) que deveria gerar um maior interesse do setor imobiliário à volta daquelas terras. Para suportar o desenvolvimento portuário seria construída uma Avenida Tronco, responsável por integrar o Estreito com a futura BR 101 e incrementar a malha urbana da Ilha. “Para sua implantação no continente, os autores do plano previam desapropriações ao longo de 700 metros de via, segundo eles, de áreas de “banhados e casas de pequeno valor.” (SOUZA, 2010, p.87):

Essas “áreas de banhados e casas de pequeno valor” a serem desapropriadas seriam no bairro Balneário, onde hoje se localiza a área de estudo em questão, Ponta do Leal. Seguindo com Sugai (2015, p.77):

A população de baixa renda, composta por muitos migrantes, constitui essa intensa maioria que ocupava áreas periféricas, mesmo sem o correspondente investimento em infraestrutura e serviços urbano, revelando a completa ausência do Estado. Esse processo de ocupações clandestinas na área continental ampliou-se na década de 1960 com o incremento da migração rural-urbana.

No final dos anos 60, enquanto o país vivia o período mais violento da ditadura civil militar e uma expansão capitalista¹⁴, o Estado cria o Plano de Desenvolvimento Integrado da Grande Florianópolis (elaborado entre 1969 e 1971 pelo Escritório Catarinense de Planejamento Integrado - ESPLAN), elaborando estudos acerca do desenvolvimento integrado de 21 municípios da área conurbada da cidade¹⁵. O Plano indicava não mais a construção do complexo portuário no Estreito, mas sim 30 km ao norte, na área de Anhatomirim; enquanto, naquela área do continente ficaria reservada para a construção de uma nova ponte conectada à ilha e uma ampla rede de integração rodoviária. Algumas dessas propostas foram executadas por representantes estaduais seguintes em consenso ao governo militar. Segundo o ESPLAN o objetivo do Plano era concentrar todos os recursos do Estado para que Florianópolis se transformasse em um grande centro urbano.

O Plano de Desenvolvimento da Grande Florianópolis foi responsável por corroborar com o processo de segregação Ilha-Continente em curso. Nada mais é que a política burguesa de acumulação do capital, maior concentração de terras, empobrecimento dos trabalhadores e intensificação dos problemas urbanos. Na Ilha, as prioridades são áreas residenciais e de lazer para as elites; enquanto se investe no Continente até onde é vantajoso para o rodoviarismo: finalização da BR- 101,

¹⁴ “Esse momento evidenciava não apenas o poder político militar, mas também o crescente poder da burguesia industrial vinculada a setores mais influentes da tecnocracia estatal. O período entre 1969 e 1973, que se convencionou chamar na época de “milagre brasileiro”, representou a consolidação da expansão capitalista que já vinha se delineando no período anterior ao golpe militar. Este processo singular de expansão capitalista no país gerou grande acumulação de capitais e uma crescente concentração de renda. Entre características do período que sustentavam o chamado “milagre”, deve-se citar: o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora, submetida a um duro arrocho salarial e a uma violenta repressão política; a intensa intervenção do Estado, que garantiu a expansão capitalista e a consolidação do grande capital; e, ainda, a entrada maciça de capitais estrangeiros em forma de investimentos e empréstimos.” (SUGAI, 2015, p.95)

¹⁵ Entende-se por conurbação a unificação da mancha urbana de duas ou mais cidades/municípios. A área conurbada da Capital hoje é composta por Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça.

pavimentação da Avenida Ivo Silveira e o aterro na cabeceira da ponte, mas sem preocupação em melhorias sociais diretas para a enorme população¹⁶ que ali vivia, consolidando a dualidade espacial Ilha-Continente, rico-pobre e presença-ausência do Estado. (SUGAI, 2015, p.105).

Tendo em vista esse histórico na construção de sociabilidades na Grande Florianópolis, percebe-se que cada vez mais a burguesia se apropria das áreas próximas ao centro da Capital. Na década de 1990¹⁷, a construção da Beira Mar Continental no bairro Balneário mostra o (re) início da busca de novas áreas para investimento do capital imobiliário fora da ilha e um longo processo de lutas protagonizado pela comunidade a ser desapropriada - que irá ser trabalhado no próximo capítulo deste trabalho.

2.2 FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DA PONTA DO LEAL

Situada no bairro Balneário (antigo anexo ao bairro do Estreito) a ocupação urbana da Ponta do Leal estava localizada entre uma faixa de mar e o muro da antiga associação dos servidores da CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento). Segundo caracterização de Geissler, Loch e Oliveira (2007):

A "ponta" caracteriza área convexa, que avança na Baía Norte e reúne duas pequenas praias em sequência. A praia tem areia média e escura, entrecortada por pequenos aterros com vegetação ou para avanço de propriedade sobre o mar. A extensão é de 800m, largura de 0-8m. A faixa de areia não é contínua. (p.4)

¹⁶ No final da década de 1970, cerca de $\frac{1}{3}$ da população de Florianópolis habitava o território continental e 53% do total da população da área conurbada habitava a parte continental (SUGAI, 2015, p.104).

¹⁷ Conforme a Lei nº 3.237 de 07 de agosto de 1989: O empreendimento constará da obtenção de uma área de terras acrescidas do mar, localizada entre a atual Praia do Matadouro e uma linha curvilínea através do mar, unindo as imediações da cabeceira da Ponte Hercílio Luz, no Continente, e a Ponta do Leal, no Bairro do Balneário, incluindo-se equipamento urbano pronto e acabado, constituindo um todo compatível com o Plano Urbanístico da Cidade de Florianópolis.

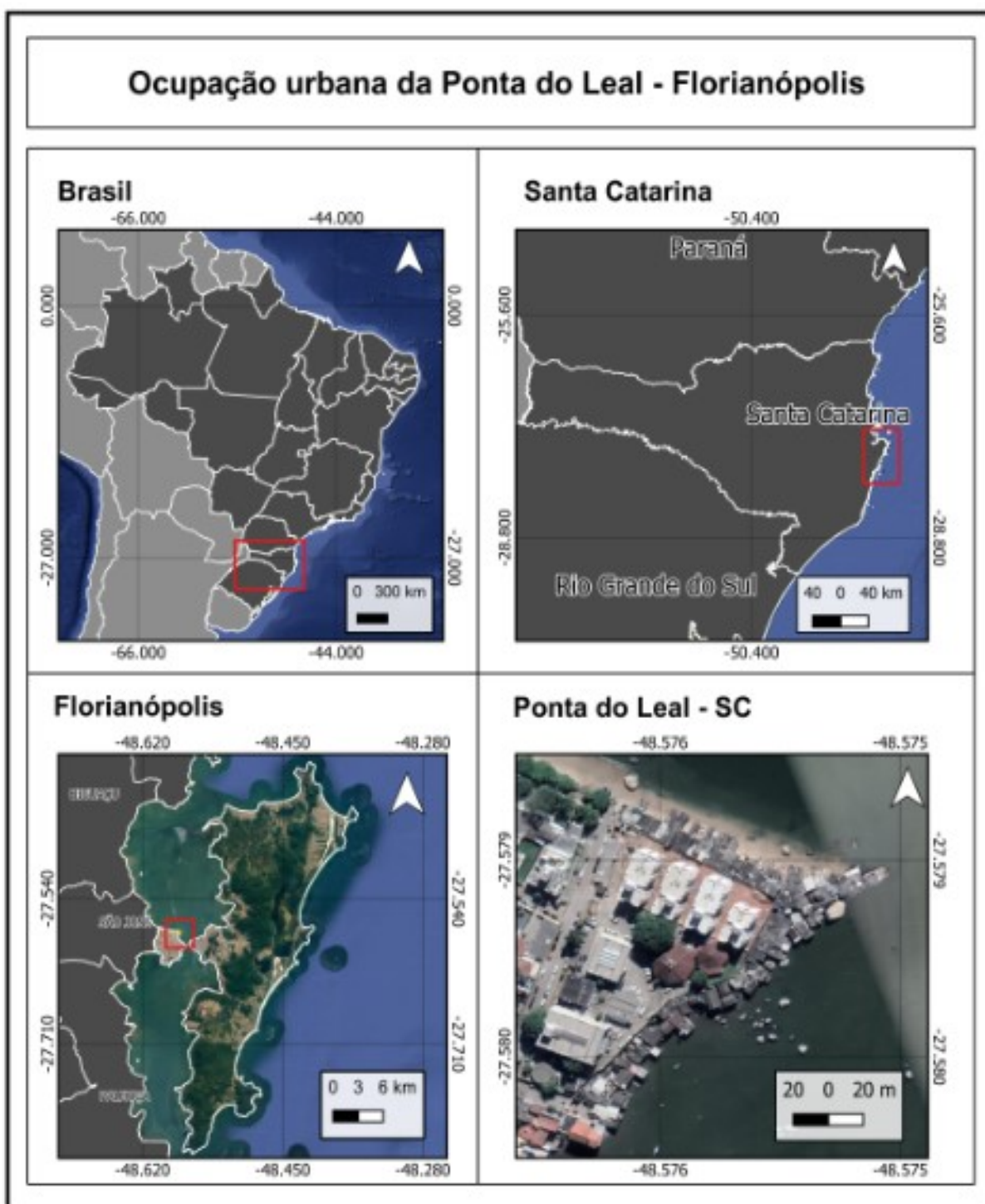


Figura 2: Localização.
 Fonte: Google Earth. Mapa por Tânia Beatriz Hoffmann, 2019.

O que no início do século XX ficou conhecida como “comunidade da Ponta do Leal” é um grupo de 94 famílias que ocupavam a área desde meados de 1960. Aquela área foi escolhida em 1920 pela Texaco S/A para uma instalação de um terminal marítimo para receber os tambores de óleo, gasolina e querosene que seriam

distribuídos para a área de Florianópolis. Os herdeiros de um homem conhecido por Senhor Leal (o então motivo da denominação da localidade, posteriormente chamada de Ponta da Lama ou Vila Miséria) eram os posseiros de terra que foi vendida a Texaco.



Figura 3: Instalações da Texaco na Ponta do Leal
Sem data. Fonte: Acervo pessoal Afrânio Boppré.

Não obstante a secundarização dada pelos investimentos públicos, em 1910 o Estreito era um dos pontos de lazer mais conhecidos no final de semana da cidade. A partir da divulgação dos interesses públicos de construir uma ponte, o hábito dos banhos de mar se instalou no continente como “lugar por excelência de sociabilidade” sendo cada vez mais noticiados nos jornais - seja pelo espaço gratuito de lazer ou pelos consequentes afogamentos nos verões. (FERREIRA, 1994).

A apropriação de grandes glebas por alguns poucos proprietários e a criação de loteamentos no continente indicam a partir da década de 1920, os primeiros traços de valorização imobiliária daquela área. Nestor Bernardino, Fúlvio Adduci e Mariano Vieira eram os maiores proprietários de terra do continente, que investiram em lotear as terras, propagandear e vender por preços muito maiores que obtidos inicialmente. Investem em anúncios de jornais com chamadas "o futuro bairro da alegria", "a maior

e mais aprazível praia na vizinhança de Florianópolis" e outro anúncio de um imóvel na Ponta do Leal dita como "imóvel novo, à beira-mar" (FERREIRA, 1994).

Antes, a travessia entre ilha e continente era feita através de canoas e ou lanchas que, no continente, partiam da Ponta do Leal até a ilha, no Trapiche Municipal. A construção da Ponte Hercílio Luz firma a conexão do continente com a ilha, em 1926, aumentando as perspectivas de crescimento dos bairros.

Como antigamente não havia exigências legais para o loteamento e registro das terras, era fácil de serem loteadas por grandes proprietários de terras que faziam o monopólio da região. As terras de pastagem do rebanho que seria abatido no Matadouro Municipal foram compradas e loteadas por Fúlvio Aducci e foram anunciadas nos jornais como "Balneário da Ponta do Leal", um empreendimento pensado para a classe alta da cidade que, além de bar e restaurante, contava com pista de dança, orquestra, aluguel de vestiários e banheiros para os banhistas etc. (PALMA, 2008). Pessoas como Aderbal Ramos da Silva e Ivo Silveira, ex governadores importantes para a política catarinense, tinham suas casas de veraneio naquela região.

Investindo no crescimento do bairro, novos empreendimentos também foram criados voltados para os novos moradores. Aderbal Ramos da Silva anunciou a construção de um supermercado municipal no Estreito para atuar como centro comercial. Palma, (*apud* COSTA, 2002) sugere algumas explicações para os investimentos no bairro:

O interesse especulativo na área continental explica-se, em parte, porque, os setores mais abastados da população mantiveram, até o final da década de 60, propriedades próximas à Praia do Balneário, no Estreito. Existiam interesses dos setores imobiliários pela formação de loteamentos residenciais de alta renda na orla sul do Continente, nas praias de Itaguaçu, Coqueiros e Bom Abrigo. Este fato apoiava-se, principalmente, na perspectiva de implantação de uma nova ponte entre a Ilha e o Continente, gestada nos setores governamentais nas décadas de 60 e 70. (p. 47)

Também em meados de 1960 a comunidade da Ponta do Leal começa a se formar. Aqui, um dos personagens principais dessa história entra em cena: senhor Alonso. Ele, morador da última casa da Rua Casemiro de Abreu, ex trabalhador da Texaco e ex trabalhador da CASAN, foi o responsável pela construção das primeiras casas na área, fabricadas principalmente para sua família. Alonso Carvalho, nascido em 1945 em São Francisco do Sul, trabalhava como pescador embarcado, saiu de sua terra natal quando conheceu Tereza em uma das passagens pela Ponta do Leal.

Com 21 anos, ele se muda para Florianópolis, se casa com Tereza e, em 1965, constroem uma casa na beira do mar. A partir das primeiras casas, outras pessoas começaram a mostrar interesse por aquele lugar: uns comentavam com a família que algum conhecido tinha ido morar ali, outros que já moravam começaram a fazer “puxadinhos” e aumentando suas casas com o crescimento da família. (PALMA, 2008). Acreditava-se que as chances de ascensão social eram maiores na Capital do estado, fazendo com que muitas pessoas vendessem tudo que tinham em suas cidades do interior para investir em uma chance de viver em Florianópolis.

O crescimento da ocupação se deu em sentido sul-norte, iniciando da primeira casa do Senhor Alonso, ao fim da Rua Casemiro de Abreu até o final do antigo trapiche, seguindo até o final da Rua Quinze de Novembro, em frente à Pedra das Irmãs. Até 2019 existiam 96 famílias, somando aproximadamente 500 pessoas vivendo em uma área de 7250m², entre o longo muro de concreto da CASAN e as águas da Baía Norte.



Figura 4 - Construção de palafitas na Ponta do Leal. 2019. Fonte: Tomás Tancredi.

Em um estudo acerca das palafitas e tipologias habitacionais em áreas costeiras em Florianópolis, Geissler, Loch e Oliveira (2007) mostram as características desse tipo de construção:

O tipo em áreas litorâneas representa uma tipologia em madeira com reduzido número de vãos, na qual predomina a adoção do critério do mínimo custo – *least cost path*, uso da geometria e flexibilidade nas unidades. (...) A circulação ocorre através de percursos livres na areia à frente e atrás dos núcleos, passarelas e “pontes” de madeira, a priori restritos ao pedestre em

meios a pedras e dentro dos conjuntos. A infraestrutura urbana dos locais inclui ranchos e galpões para barcos e guardar tarrafas e redes, píer atracadouro de barcos em madeira e em concreto e frente às praias. (p. 6)

Os autores ainda tecem comentários sobre as relações de pertencimento àquele local, onde existe uma preocupação em delimitação simbólica de cada palafita e cuidados estruturais:

Isso se dá por meio da pintura e uso de cores variadas, brancas, vermelhas, amarelas, azuis, verdes, ou mantendo a cor natural da madeira. A personalização inclui ainda gaiola de pássaros de estimação, em geral, canários e curiós, plantas, arvoretas, entre outros, fornecendo uma identidade singular a cada palafita. Além disso, há a manutenção das unidades pela substituição periódica de estrutura e/ou peças danificadas ou apodrecidas, visando à segurança dos usuários. (p. 7)

A área destacada em amarelo corresponde ao espaço habitado pela ocupação da Ponta do Leal. É possível perceber também o conjunto habitacional ao lado da área ocupada. As casas contavam com abastecimento de água e energia elétrica obtidos de forma clandestina, puxados diretamente da rede pública. Poucas eram as casas que eram ligadas à rede de esgoto, as outras despejavam seus dejetos diretamente no mar, já que as residências eram precárias, de difícil acesso e sobre palafitas, dificultando a ligação municipal de água e esgoto. Em 2005, sob mando do MPF (Ministério Público Federal), a CASAN realizou um mutirão de ligações à rede para tentar resolver o problema, mas somente as casas próximas à rede viária tiveram sucesso. Ao fazer o máximo ao alcance dos órgãos responsáveis pelo saneamento, faltava a questão da moradia a ser resolvida.

Ocupação urbana da Ponta do Leal - Florianópolis



Figura 4: Ocupação urbana da Ponta do Leal
Fonte: Google Satélite. Mapa por Tânia Beatriz Hoffmann, 2019.

3. OS AGENTES DO CAPITAL DEMANDAM O ESPAÇO PRIVILEGIADO DA OCUPAÇÃO

3.1 CONTEXTO

O processo de expansão imobiliária que avançava para além da Ilha chega à localização da nossa área de estudo. Findando o espaço físico disponível para valorização de terras na área central da Capital, a burguesia local investe nas proximidades do Estreito, Balneário e Itaguaçu, já que eram as áreas com a população maior renda habitando e com considerável número de investimento do capital imobiliário. A comunidade da Ponta do Leal ocupava aquele local desde meados da década de 1960, mas só se tornou um problema quando o mercado imobiliário definiu um uso imediato da área; e àquela população não fazia parte dos planos.

A prefeita eleita Ângela Amin dá continuidade ao projeto de seu marido, Esperidião Amin: A construção da Beira Mar Continental que previa um aterro de 180 mil metros quadrados e a construção de duas pistas asfaltadas de duplo sentido, (com extensão de 1,6 km e 11,4 m de largura) ligando a Ponte Colombo Salles à Rua Machado de Assis e outro trecho unindo a Rua Machado de Assis à Ponta do Leal (2,4 km de extensão e também 11,4 m de largura). O custo da obra foi previsto (em 2004) em R\$ 43 milhões: 157 mil (80%) com recursos advindos do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, e 20% sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Florianópolis¹⁸. A obra ficou paralisada até 2008 devido a falta de licença ambiental ocasionada pela dúvida do poder público quanto ao pertencimento daquela área: acreditava-se ser um terreno da União, logo a licença seria emitida pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); mas se apresentaram documentos que aquele espaço pertencia ao município, responsabilidade da FATMA¹⁹ (Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente).

¹⁸ Matéria jornalista produzida pelo portal hegemônico “FloripAmanhã”, veiculada em 2008. Disponível em: <http://floripamanha.org/2008/06/construcao-da-beira-mar-continental-de-florianopolis/>

¹⁹ O Governo do Estado de Santa Catarina sancionou a Lei Nº 17.354, de 20-12-2017, que criou o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), ficando extinta a Fundação do Meio Ambiente (FATMA).



Figura 6 – Beira Mar Continental. 2019. Fonte: Tomás Tancredi.

Algumas notícias produzidas pelo jornal Diário Catarinense que foram reproduzidas pelo portal “FloripAmanhã” em 2010, mostrando entrevistas com moradores e outros relatos que dividiam opiniões sobre a situação:

A pescadora Maria Zeli Lisboa, 55 anos, (...) terá de deixar o lugar, por onde passará a Beira-Mar: “Me ofereceram R\$ 40 mil, mas achei muito pouco. Quero R\$ 60 mil para sair e encontrar um lugar decente.” A casa dela e a da filha são duas das seis que ainda precisam ser desapropriadas. A discussão está na Justiça.

Pedras seguram o telhado da casa de Fábio do Reino, 27 anos, e de Andrea dos Santos, 31.(...) “Eu não queria sair daqui. Quando saí da casa da minha avó vim morar aqui. Mas vai ficar tudo chique, como a Beira-Mar Norte, e nós vamos ficar assim, em um barraco?”

O Presidente da Associação dos Pescadores Artesanais da Ponta do Leal, Elder Mangrich Ferreira concordou que a obra vai trazer benefícios à comunidade, mas ficou preocupado com a situação dos pescadores que dependem da atividade para sobreviver. “Por várias vezes visitamos a prefeitura, nos prometeram construir um canal para os barcos saírem para pescar, e já aguardamos isso há dois anos. Existiam também os barracões para guardar nossos barcos, que foram retirados para a construção desta obra e continuamos aguardando a reconstrução. Eles não têm dinheiro para construir isso, mas neste final de semana vão patrocinar o evento Arena Cross”, comentou o pescador.

O engenheiro Fiscal da prefeitura de Florianópolis, Maurício Santos Largura informou que já está no cronograma das obras a construção de 22 barracões para os pescadores. (...) Sobre a situação das casas: “Talvez esses moradores não efetuaram estas reclamações na justiça porque não pagam IPTU e outros ainda têm construções ilegais”.

Quem passa pela obra pode ver um fato curioso. A maioria das casas e prédios tem a fachada voltada para a Fulvio Aducci, de costas para o mar. Muitos devem vender seus terrenos para a construção de novos prédios, a exemplo do que ocorreu na Beira-Mar Norte. “Em alguns locais, os valores já triplicaram” calcula Édio Fernandes, presidente da Associação Amigos do Estreito.

Esses fragmentos²⁰ mostram um pouco a realidade dos moradores daquela região e o verdadeiro divisor dos problemas: a classe social. Aos mais pobres, que tinham suas casas em situações precárias, insalubres e até irregulares, pouco (ou nada) seria oferecido pela troca. Aos mais ricos, herdeiros da pequena burguesia local ou representantes dessa classe - que, com o eminente desenvolvimento daquela área em 1930, garantiram suas terras lá - a construção da Beira Mar aparecia como possibilidade de enriquecer com a especulação imobiliária. Harvey teoriza sobre a ação do Estado capitalista:

Respaldados no Estado, os poderes financeiros pressionam pela remoção dos moradores pela força, e muitas vezes tomam posse violenta de um terreno ocupado há gerações pelas famílias que ali vivem. O acúmulo de capital imobiliário por meio da atividade imobiliária explode, tendo em vista que a terra é comprada por preços irrisórios. As pessoas forçadas a abandonar suas moradias recebem alguma compensação? Alguns felizardos conseguem alguns trocados. (2014, p. 53)

Como comentado no capítulo anterior, muitos dos habitantes daquela área eram migrantes da década de 1960-70 que ocuparam àquele lugar pela proximidade com o mar, sua atividade econômica principal. Assim, a construção da Beira Mar Continental dá início a um longo processo de lutas pela não remoção da comunidade da Ponta do Leal e por condições dignas de moradia.

Esse histórico foi levantado em pesquisa bibliográfica em materiais acadêmicos já elaborados; pesquisa documental em materiais físicos e virtuais, como documentos oficiais, reportagens de jornais, fotografias, filmes etc.; e, por fim, um estudo de campo feito pela autora no local de estudo e entrevistas como técnica de investigação social. No decorrer da pesquisa, percebeu-se que as ações vinham de dois principais agentes: o Estado e a comunidade. Logo, as entrevistas realizadas foram com representantes desses agentes, a procuradora Analúcia Hartmann, responsável pelo caso no Ministério Público Federal e com João Luiz de Oliveira, “Gãó”, líder da comunidade.

²⁰ Disponível em: <http://floripamanha.org/2010/07/beira-mar-continental-por-enquanto-para-caminhar/>; <http://floripamanha.org/2008/06/construcao-da-beira-mar-continental-de-florianopolis/>; Acesso 17 de janeiro de 2020.

No livro “Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?” (2019)²¹, Tomás Tancredi, estudante de psicologia na UFSC, realizou uma entrevista com Gão. Ele conta sobre a ida para a comunidade:

Eu morava na Colônia de aluguel. Chamava “Buraco” ali, o gueto. Eu era do Exército, ganhava pouco, o dinheiro mal dava para pagar aluguel que era caríssimo. A Lena, minha mulher, trabalhava de faxineira. Duas das minhas filhas nasceram lá, mas eu não construí nada naquele bairro. Foi uma época muito difícil, na verdade. Tinha um cara que morava aqui [na Ponta do Leal], num barraco bem pequenininho, chamava Baiano. Ele se meteu em uma encrenca com uns caras e queria vender a casa por quinze cruzeiros. A minha irmã já tinha vindo morar aqui. Então eu vim, olhei... Não gostei. A Lena nos primeiros dias também não quis. Mas como não tinha alternativa nem pra ela nem pra mim, a gente ficou. É o que acontece com as migrações habitacionais. A galera vai pra favela pela pressão imobiliária, porque não tem dinheiro pra pagar aluguel, é muito caro. Então se sujeita a isso e vai se adaptando. Faz uma pecinha ali, uma aqui. É difícil, nós viemos para a Ponta do Leal pra fugir do aluguel mesmo.

A questão da moradia foi resolvida em ações conjuntas da comunidade da Ponta do Leal com o Estado, na figura do Ministério Público Federal, Superintendência do Patrimônio da União e da Prefeitura de Florianópolis.

3.2 ENTRE AÇÕES DA COMUNIDADE E DO ESTADO

“O capitalismo precisa que exista uma classe despossuída e escolhe quem ela é, onde ela mora e como ela vive.” - ENGELS

Segundo entrevista concedida pela procuradora Analúcia Hartmann²² e pesquisas realizadas online no Portal da Transparência/MPF, consta que foi aberta uma Ação Civil Pública (ACP) para investigar os problemas de saneamento daquela região (segundo informação do Portal da Transparência do MPF, a abertura do processo se deu em 19/09/2001 e a autuação se deu no dia 06/09/2005²³). A denúncia foi feita via notícia jornalística veiculada no programa “Programa Roberto Salum”

²¹ Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência? org. Lopedote...[et al.]. São Paulo: Elefante, 2019. Disponível em: https://clnicasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/corposquesofrem_web.pdf

²² Entrevista realizada em 16 de setembro de 2019.

²³ Disponível em: <http://apps.mpf.mp.br/aptusmpf/index2#/detalhe/92000000000005484372?modulo=0&sistema=portal>. Acesso em 27 de janeiro de 2020.

(RTV! Sul) e entregue ao MPF em forma de vídeo pelo jornalista Roberto Salum mostrando a situação ambiental e social da Ponta do Leal.

Gão, em entrevista para Tomás (p. 35), confirma:

Começou com um tal de Salum. Ele entrou com um processo contra a Prefeitura, junto do Ministério Público, o motivo era um grande foco de poluição que tinha no continente, no continente! Começava em Itaguaçu e ia até a divisa de Biguaçu. Só que toda essa orla é abastada, e a única favela que tem é a minha comunidade. É uma coisa lógica, porque iriam mexer com essa galera? Essa galera tem grana, velho, vai ali em Coqueiros... Já aqui é tudo favelado, meu irmão. Então, todos os caminhos levaram para a Ponta do Leal: eles disseram que o foco era aqui. Mas não é, não é. O Ministério Público entrou com uma ação contra a Prefeitura para resolver, isso na época da Ângela Amin ainda. O Ministério Público entrou com uma ação contra a Prefeitura para resolver, isso na época da Ângela Amin ainda. Ela começou o trabalho de intenção de remoção da comunidade, mas só vieram uns assistentes sociais fazer uns cadastros e mais nada. Mas o que eu acho que culminou no trabalho de realocação em cima da Ponta do Leal foi o avanço da Beira-Mar Continental, porque nós estamos no meio do caminho, isso aqui interdita 100% o caminho da avenida Beira-Mar. O que acontece? “Temos que tirar essa comunidade daqui”. Então, o pano de fundo seria a poluição, mas o que eles querem fazer é nos tirar daqui para o crescimento da Beira-Mar. Nós somos a pedra no tendão de Aquiles desses caras aí, bicho, por isso que eu sou folgado assim, entendesse, porque eu sei do nosso poder. Ainda ontem tava falando com a [líder comunitária] Ivone: por que nós não saímos daqui quando eles quiseram que a gente saísse? Porque sabíamos do nosso valor. E, por isso, botamos nosso preço também.

A partir da denúncia feita ao MPF e do início das obras de aterramento para a construção da Beira-mar Continental, em 2004, verificou-se que a área final do empreendimento, na Ponta do Leal, estava sem licenciamento ambiental e era uma região sem saneamento. Segundo o jornal Diário Catarinense, em notícia vinculada em seu site²⁴, “a questão estava na Justiça porque não havia licenciamento dos órgãos federais e a obra teria impacto direto em áreas da União. ” Em entrevista, a procuradora relata:

Nós entramos com uma ação contra a Prefeitura, contra a União e contra a CASAN. A ação era para que a Prefeitura e a CASAN resolvessem o problema de saneamento inclusive o que dizia respeito à moradia totalmente indigna daquela população. Então ali a gente pediu especificamente que se colocasse aquela população num projeto de habitação popular. Não era simplesmente retirada e recuperação ambiental, mas sim tentar resolver um problema social. O próprio código florestal tem algumas possibilidades de regularização de ocupações de baixa renda ou que existam interesse social em áreas de preservação permanente.

²⁴ [Ponta do Leal, em Florianópolis, receberá empreendimento social para 88 famílias](#) de 13/12/2013. NSC online.

Amparado no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) pela “garantia do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (Art 2º, inciso I) e no Código Estadual do Meio Ambiente (Lei nº 14.675/2009), Art. 122º “ Das APPs em Áreas Urbanas Consolidadas”:

Art. 122-C. São modalidades de regularização de edificações, atividades e demais formas de ocupação do solo em áreas urbanas consolidadas:

I - regularização de interesse social: destinada à regularização de áreas urbanas consolidadas ocupadas, predominantemente, por população de baixa renda, nos casos:

a) em que a área esteja ocupada, de forma mansa e pacífica, há, pelo menos, 5 (cinco) anos:

b) de imóveis situados em Zona Especial de Interesse Social (ZEI's), assim entendida a parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada, predominantemente, à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo; ou

c) de áreas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios declaradas de interesse para implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social;

A comunidade da Ponta do Leal cumpre todos os “requisitos” presentes no Código do Meio Ambiente. É uma área ocupada, de forma mansa e pacífica, desde 1963; passou por uma mudança de zoneamento transformando-a em ZEIS e está situada em área da União, mesmo que não inicialmente declarada para implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social. Com base nisso, a procuradora Analúcia Hartmann abre uma ação pedindo especificamente que aquela população fosse realocada em um projeto habitacional. Houve uma tentativa de acordo entre a Prefeitura (na figura da então prefeita, Ângela Amin) que foi negado, com a prefeita alegando que a Prefeitura “não estava fazendo nada de errado”. O MPF pediu uma decisão de mérito contra a Prefeitura e ganhou: agora eles seriam obrigados a desocupar a área através de um projeto habitacional e fazer a recuperação ambiental. A Prefeitura recorre, alegando o que já havia alegado anteriormente, mas não consegue ganho na causa. Quando a decisão volta do Tribunal da 4ª Região (Porto Alegre), o prefeito seguinte já tinha assumido e tinha sido recuperada a chance de um novo acordo com o MPF.

Em 2005, a comunidade da Ponta do Leal começa a se organizar politicamente para reivindicar seus direitos. A Associação de Moradores da Ponta do Leal foi criada em 1997 e ficou inativa até a movimentação do MPF. Com a ação sendo aberta e

tendo impacto direto na vida desses moradores, eles decidiram se reorganizar. Reuniram alguns moradores e chamaram uma reunião com a comunidade dando a notícia que existia uma movimentação na justiça para que eles fossem realocados em um conjunto habitacional. O líder comunitário Gão conta que na primeira reunião “dos trezentos” (como eles chamavam, já que contava com a presença de trezentos moradores) ele e seus companheiros da Associação arrumaram cem kits com um exemplar da Constituição, do Código Civil, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, do Código de Defesa do Consumidor e distribuíram na comunidade. Eles acreditam que só o povo sabendo dos seus direitos seriam capazes de defendê-los. Em entrevista para Tomás Tancredi (2019), Gão declara:

Eu percebi que eu tinha que fazer um trabalho de conscientização política, porque, se não, eu teria dois problemas: primeiro, o sistema político querendo ferrar a gente, cooptando com um tapinha nas costas, um cafezinho. Logo eu comecei a explicar quais eram nossos direitos e porque eles não nos deixavam ter esses direitos (...).

A organização política prévia da comunidade foi imprescindível para prepará-los para o que viria. Os moradores da comunidade trabalharam em um mutirão de 300 pessoas para que as decisões fossem as mais democráticas possível. O núcleo central da Associação de Moradores foi responsável por germinar a semente da participação popular. Segundo o líder comunitário:

Não dá pra usar o povo e não ensinar o povo. Isso é usar eles como massa de manobra. O povo é imediatista, precisa ser ensinado e saber dos nossos direitos, deveres e nossas obrigações. Eles só são ensinados das obrigações, mas precisam aprender os direitos!

Em meados de 2006, o prefeito Dário Berger e a Secretaria Municipal de Infraestrutura propõem a criação de um conjunto habitacional nos bairros Monte Cristo e Coloninha (áreas periféricas da cidade e longe da área da ocupação). Seriam construídos 72 apartamentos no Monte Cristo e 18 na Coloninha e as famílias seriam realocadas para esses locais, separando a comunidade e afastando muitos pescadores do seu sustento principal. Enquanto a Prefeitura fazia os cadastros sociais das famílias, a realidade que se mostrou eram que 32 famílias tinham como principal atividade econômica a pesca e que a maioria das crianças estudavam no bairro Balneário. Sobre a remoção para outras comunidades, o MPF precisou se envolver. Analúcia, em entrevista conta:

Com essa realidade, a gente começou a discutir com a União o que a gente poderia fazer, já que era muito difícil também para eles irem para o

terreno da Coloninha. Depois disso, a associação de moradores da Coloninha começou a se movimentar contra receber a população lá, eu acho que tinham muito a ver com não querer receber.

Em entrevista, Gão conta que ele, representando a Associação de Moradores da Ponta do Leal, visitou a comunidade da Coloninha e, conversando com as lideranças da região em reuniões fechadas, se uniam para discutir e criar estratégias para garantia legal do terreno da Coloninha (para construção das casas do Lar Fabiano de Cristo) e para criar uma rede de apoio à Ponta do Leal. Ainda em 2007, eles resolveram, em conjunto, fazer uma ação contrária a mudança das famílias da Ponta do Leal para a Coloninha e Monte Cristo, sendo assinada por todos os moradores dos três bairros. Ao abrir a ação na prefeitura contra a mudança, muitos boatos corriam na mídia sobre uma possível briga entre as comunidades da Coloninha e da Ponta do Leal, o que, segundo o entrevistado, não é verdade. A ação judicial contra a transferência das famílias foi uma estratégia conjunta dos bairros para dar visibilidade à situação precária de todos aqueles moradores e pressionar a Prefeitura a fazer alguma coisa em relação a isso, já que corria sob júdice a ação do MPF. Conforme o decreto nº 6068, publicado em 18 de agosto de 2018:

CONSIDERANDO, que a Comunidade da Ponta do Leal, recusou-se a aderir ao Projeto Habitacional de remoção e reassentamento apresentado pela Secretária Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental, na Audiência Pública realizada aos dezenove dias do mês de junho do ano de 2008, para as áreas localizadas na Rua Irmã Bonavita (Jardim Atlântico) e Chico Mendes (Lar Fabiano de Cristo), nesta Capital; e (...) As áreas mencionadas nos citados Decretos, ficam destinadas as ações de interesse social para o assentamento ou reassentamento de famílias de baixa renda, de acordo com o que dispõe a Legislação em vigor, que trata do assunto.

Com a negação da remoção pela comunidade, a Prefeitura e o MPF reiniciam os trabalhos na procura de um terreno para o conjunto habitacional da Ponta do Leal. Em 2008, a Associação de Moradores em conjunto com o Ateliê Modelo de Arquitetura (AMA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), coordenado pelo professor Lino Peres (hoje vereador pelo Partido dos Trabalhadores) sugere ao MPF a utilização de uma parte do terreno da CASAN, ao lado na ocupação. O terreno da CASAN havia sido utilizado pelos moradores em um projeto social onde as crianças da comunidade praticavam esportes e atividades artísticas; com o fim do projeto, boa parte do terreno era utilizada como estacionamento para a sede administrativa da CASAN. Com a

proposta de utilização do terreno citado, o MPF aciona a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) para investigar aquela área, já que, por ser um terreno entre os 33 metros contados a partir do mar em direção ao continente, era um acrescido de Marinha.

Sobre a dúvida da procedência do terreno indicado, Analúcia Hartmann, em entrevista:

Aquela área é um promontório²⁵ (e geralmente um promontório é um acrescido de marinha e é um terreno da união) como esse promontório todo estava na mão da CASAN? A CASAN nos apresentou um documento que isso (o terreno) tinha sido uma doação do então prefeito Esperidião Amin, que ele tinha feito essa doação através de decreto e tal; como se fosse um terreno do município doado para a CASAN. A Isolde (da SPU) foi fazer um histórico do lugar e chegou à conclusão que aquilo nunca tinha sido do município, não tinha nem sido cedido pela União ao município e que lá, muito antigamente, existia um depósito de produtos da Texaco e que era uma cessão antiga. Aquilo lá estava abandonado e aparentemente o município achou que podia pegar e transformar no que quis.

A Superintendência do Patrimônio da União (SPU) na figura da professora Isolde Espíndola, juntamente com a procuradora Analúcia Hartmann, representando o MPF, foram importantes para a vitória da comunidade. Elas foram responsáveis pela negociação do terreno da CASAN e começaram com uma margem para negociação, já que estava de forma irregular por quase dez anos em um terreno de 5000m² e sem pagar impostos para a União. Construiu-se uma negociação que era favorável para ambas as partes: a CASAN permanecia com parte do terreno onde estava seu prédio administrativo e cedia a parte usada pelo restaurante terceirizado e pela associação de trabalhadores. Depois de muita disputa com a diretoria que ocupava o terreno, o resultado da negociação era positivo para a comunidade da Ponta do Leal e seria lá, ao lado da ocupação, onde seria erguido o conjunto habitacional. Dispondo do terreno, faltava um projeto.

A solução encontrada foi o Programa Habitacional da Caixa Econômica Federal, Minha Casa Minha Vida (MCMV)²⁶. Segundo a CAIXA, os apartamentos

²⁵ Segundo o Plano Diretor de Florianópolis, Lei nº00482/2017, promontórios são porções de terreno rochoso, no litoral de um continente ou ilha, que avança para o mar, apresentando estreitamento da sua largura entre a terra e a sua extremidade.

²⁶ “O Programa Minha Casa Minha Vida foi anunciado no ano de 2009, com o objetivo de atender à demanda habitacional de baixa renda, fazendo com que o mercado incorporasse setores que nunca tiveram oportunidade de adquirir imóveis pelo mercado formal. Em meio à crise, foi das principais estratégias do governo federal para impulsionar a economia brasileira, através de todos os serviços e atividades que a construção civil movimentava, e enfrentar os efeitos da crise econômica global. Os principais atores do PMCMV são a Caixa Econômica Federal, as prefeituras e o setor da construção

Faixa 1 eram de 42m² por unidade, sendo 37 m² de área interna. A prefeitura então apresenta um projeto com 88 apartamentos de 37m² que é rejeitado pela comunidade. Gão relata que “um dos momentos mais bonitos da luta dessa comunidade” foi quando, coletivamente, eles saíram de suas casas e foram para rua desenhar o projeto da prefeitura no chão. Riscaram na terra a planta de 37 m² e cada morador foi trazendo alguma coisa, uns traziam uma cama, outros um fogão e, ao tentar organizar os móveis dentro daquele pequeno espaço, concluíram que era muito pequeno. Decidiram então fazer o inverso, a partir da disposição da casa que queriam, desenharam uma planta no chão e bateram o martelo: iriam lutar por uma casa de 60 a 100 m². Pedro Costa, arquiteto, entra em cena. Gão apresenta o desenho inicial de 100m² para Pedro que, com sua equipe montam o projeto com todas as especificidades necessárias para ser apresentado para a CAIXA e o MPF.

Gão relembra que assim que apresentaram o projeto, a negociação durou quase três anos. A CAIXA respondia que o responsável pelo tamanho dos imóveis era o Ministério das Cidades; a Prefeitura dizia que quem poderia mudar isso era a CAIXA e, por fim, o MPF consegue. Analúcia Hartmann conta: “Foi uma briga para fazer um pouco maiores, uma briga com o Ministério das Cidades e com a CAIXA. Conseguimos com o argumento de que lá as famílias são mais numerosas e é muito pequeno menos de 40 m². ”

Em 2009, com a aprovação do projeto com uma área maior, foi encaminhado para a Câmara de Vereadores o pedido de mudança de zoneamento para Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), que só aconteceu em 2012, após uma ampla reunião do MPF e SPU com os vereadores. Segundo Lei Complementar nº 437, publicada em 11 de julho de 2012:

Art. 4º: Fica o Poder Executivo autorizado a doar terreno alodial de sua propriedade, matrícula nº 77.803, situado na rua XV de Novembro, Ponta do Leal, 2º Sub-distrito desta Capital, com área de 6.414,50m², à União destinado a construção de unidades habitacionais de interesse social, de

civil. O montante de recursos alocados para o programa, para atender às famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos, constituiu-se de fato inédito na história do País, que vinha de um período de 20 anos com exíguos investimentos federais no setor habitacional, após o fim do Banco Nacional de Habitação (BNH). Os subsídios oferecidos são divididos entre 3 faixas de renda, segundo a renda familiar. A faixa 1 inclui as famílias de renda mais baixa, com total de até 3 salários mínimos. A faixa 2 inclui renda familiar entre 3 e 6, enquanto a faixa 3, renda entre 6 e 10 salários mínimos. Cabe salientar que é justamente na faixa de renda 1 que se localiza a maior parte do déficit habitacional. ” (SOUZA; SUGAI, 2018, p. 88)

acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Município e com os objetivos estabelecidos nesta Lei Complementar.

Segundo dados apresentados no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (iniciado em 2005 e finalizado em 2012), o déficit habitacional de Florianópolis, em 2007, era de 7842 domicílios²⁷. O Plano caracteriza a Ponta do Leal como “área com necessidade de reassentamento total em AIS” e, no tópico de hierarquização e priorização das intervenções, a comunidade aparece em 6º lugar, classificado como prioridade alta em remoção de ocupação em área de risco e/ou com impedimentos legais, com 66 unidades a serem realocadas ou remanejadas.

Já em 2013, com o cadastro de famílias atualizado, o projeto foi aprovado em Brasília e teve diversos problemas com a licitação e contratação da empresa responsável pela construção. Segundo a procuradora:

Teve as questões do Ministério das Cidades, da aprovação do projeto... O projeto foi aprovado em Brasília. Veio para a construção, teve vários problemas na licitação, depois teve a contratação, a empresa estava discutindo os termos aditivos que eles queriam aditiva mais de 25% do valor da obra. Teve um intervalo enorme de tempo que as obras ficaram paralisadas, que a caixa teve que entrar na justiça para a empresa retomar o canteiro de obras e contratar outra empresa.

Como narrado pela representante do MPF, as obras foram iniciadas em 2014 e paralisadas em junho de 2016 em consequência da falência da Construtora e Incorporadora Vitta, contratada pela CAIXA. Os trabalhos foram retomados em novembro de 2017 e finalizados pela empreiteira MKS Engenharia, vencedora da nova licitação feita pelo banco. Além dos problemas com a empresa responsável, houve problemas com o cadastro das famílias. No início do processo de transferência, em 2009, o edital da CAIXA para o MCMV determinava a renda familiar para empreendimentos Faixa 1²⁸ em até 3 salários mínimos (na época, 1800 reais). Como

²⁷ O déficit habitacional quantitativo caracteriza-se pela necessidade de novas moradias, sendo esta expressa por: reposição e incremento de estoque. A reposição de estoque compreende domicílios rústicos, ou seja, aqueles cuja construção é feita por material improvisado como madeira aproveitada, vasilhames, entre outros, indicando a necessidade de substituição. O incremento de estoque é composto por domicílios improvisados, coabitação familiar (duas ou mais famílias compartilhando o mesmo domicílio, ou em cômodos), além daquelas com ônus excessivo com aluguel. Déficit habitacional quantitativo estimado para o ano de 2010, compreendido entre famílias de 0 a 3 salário mínimo. (PMHIS, 2012, p. 17-18)

²⁸ A Faixa 1 é composta por famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.800 e até 90% do valor do imóvel pode ser custeado pelo programa. O restante da quantia é dividido em 120 meses (10 anos), com parcela mínima de R\$ 80 e máxima de R\$ 270.
Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>. Acesso em 14/02/2020.

não houve atualização da inflação, em 2012 quase nenhuma família contava com a renda mínima estabelecida. O MPF precisou entrar com uma ação pedindo para que a renda familiar mínima passasse de R\$1800 para R\$ 3600, sendo assim a maior parte das famílias beneficiadas. No total, somente seis das noventa e quatro famílias ficaram de fora do empreendimento; sendo três por possuírem renda familiar muito acima do estabelecido e outras três por já desfrutarem de auxílios moradia anteriormente. Como conta Analúcia:

No início o projeto tinha sido aprovado numa categoria que existia de três salários mínimos. No meio do caminho as normas mudaram e congelaram o valor em 1800 reais, que naquela época equivalia a três salários mínimos. O pessoal da CAIXA dizia que certamente isso ia mudar mais perto de entregar, o patamar não mudou. Ano passado (2018) tinha famílias que ganhavam dois salários mínimos, e extrapolava o 1800 em pouco, 10 e 20 reais. Lá, a maioria das famílias ganhava perto de 3 mil reais, famílias de 6 pessoas. O valor era muito pequeno, mas era considerado maior que o patamar. Tive que entrar com uma ação na justiça para conseguir mudar isso e felizmente foi bem aceita pela justiça para passarmos para o patamar seguinte que era 3600. Praticamente todas as famílias entraram. Só três famílias não conseguiram entrar e não podiam entrar mesmo, não tem como a gente colocar num projeto de baixa renda.

O Residencial Ponta do Leal foi entregue em fevereiro de 2019 com um custo de 64 mil reais por unidade. O Residencial conta com 88 apartamentos divididos em 4 blocos, com 58m² de área privativa e um total de 6.000 m² de área construída, 45 vagas de estacionamento, Playground e salão de festas. O valor total da construção foi de R\$ 5.631.120,00 e os proprietários pagam 10% do valor da unidade, em parcelas que não ultrapassem 5% da renda total familiar.

A comunidade da Ponta do Leal conquistou o único conjunto habitacional Faixa 1 do município de Florianópolis. A tendência nacional é de periferização e dispersão urbana e a área conurbada de Florianópolis segue o mesmo padrão. Os empreendimentos têm sido construídos principalmente em Palhoça e São José:

De acordo com a Caixa Econômica Federal, até o **mês de junho de 2016**, 12.379 unidades habitacionais foram contratadas nos quatro municípios da área conurbada de Florianópolis. Dessas unidades, 49,5% localizavam-se no município de Palhoça, 26,3% em São José e 16,4 % em Biguaçu. **Florianópolis, por conta da segregação socioespacial e do alto preço dos terrenos (...), contava com 7,75% dos empreendimentos, dois deles situados na área continental e quatro na ilha de Santa Catarina, sendo, na ilha, apenas empreendimentos das faixas de renda 2 e 3.** A grande maioria dos empreendimentos do PMCMV localiza-se na periferia da área conurbada, principalmente nos municípios de Palhoça, São José e Biguaçu. (SOUZA; SUGAI, 2018, p.88)

A seguir, um mapa feito a partir de imagens de satélite com a progressão da ocupação da Ponta do Leal. Os anos das imagens foram escolhidos pela autora de acordo com a disponibilidade de imagens.

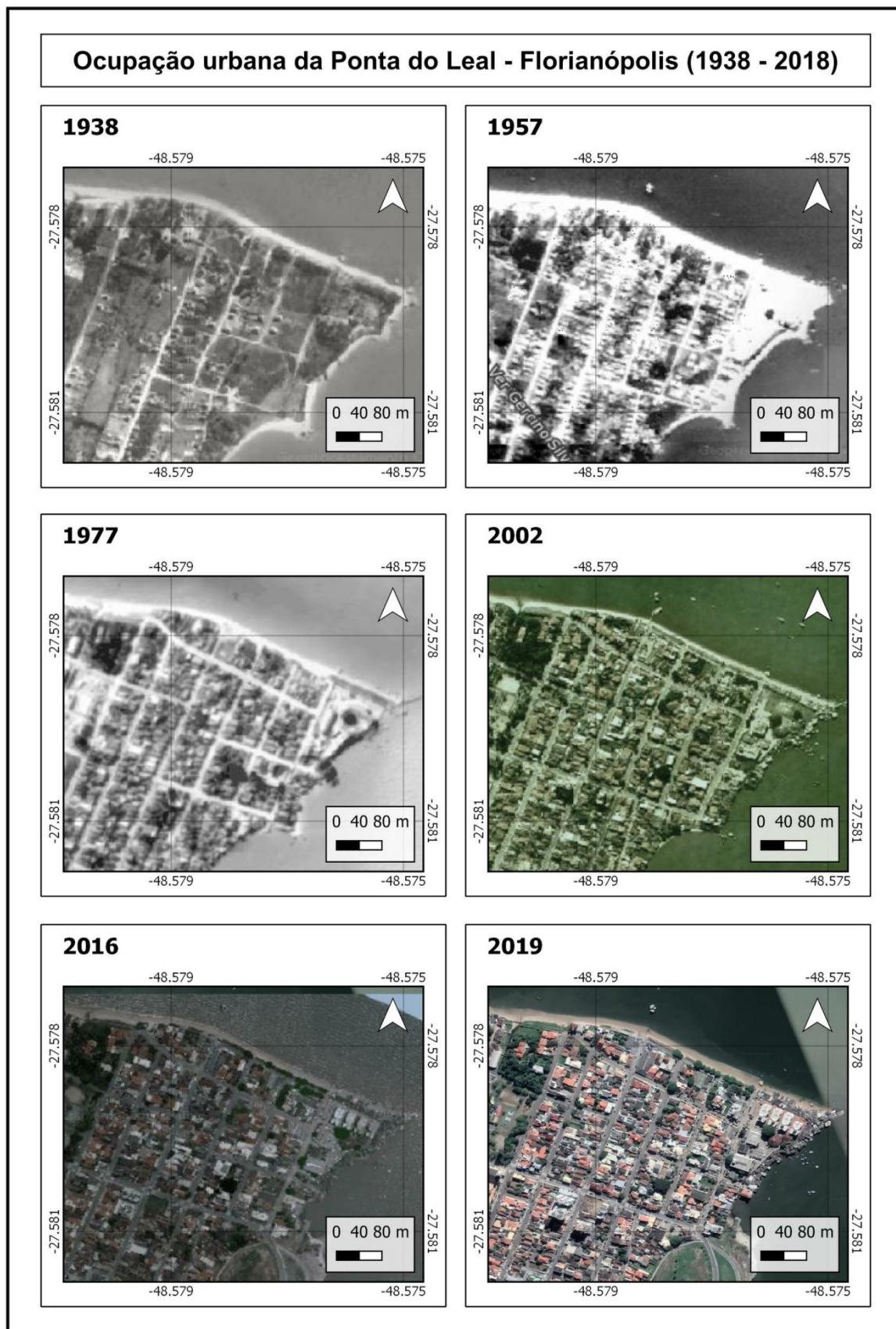


Figura 7: Progressão da Ocupação Urbana da Ponta do Leal.
Fonte: Geoprocessamento PMF. Mapa por: Tânia Beatriz Hoffmann, 2019.

4. SE A CIDADE FOSSE NOSSA

4.1 A CIDADE CAPITALISTA

Como trata em seu livro “Cidades Rebeldes”, David Harvey entende que “as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção” (2014, p.30). Logo, em uma cidade capitalista, a cidade é o lugar da reprodução da força de trabalho e cabe a ela absorver os excedentes eternos produzidos pelo capitalismo. Em uma relação dialética, a cidade é palco e ator do espetáculo do capital.

Erminia Maricato nos diz em seu livro “Para entender a crise urbana” (2015) que o capital busca moldar o ambiente urbano às suas necessidades. Quais as necessidades do capital? Quem representa o capital? Sabemos que o capital com interesse na produção do espaço urbano não é homogêneo e que seus interesses e suas necessidades são distintas, mas eles têm uma base comum: a exploração da classe trabalhadora. Segundo a autora, “A classe trabalhadora (...) quer da cidade, (...) o valor de uso. Ela quer moradia e serviços públicos mais baratos e de melhor qualidade. Entende-se: mais barato e de melhor qualidade, referenciados ao seu estágio histórico de produção. (p. 23)” Já para os capitais “que ganham com a produção e a exploração do espaço urbano, agem em função do seu valor de troca. Para eles, a cidade é mercadoria. É um produto resultante de determinadas relações de produção. (p.23)”

Roberto Lobato Corrêa faz uma caracterização dos agentes que produzem a cidade e vai ao encontro de Maricato, já que o autor acredita que “a ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação do capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. (2004, p. 11)”. Esses conflitos podem ser intra e entre classes. O neoliberalismo fomenta a individualidade e a competição, seja na classe trabalhadora ou nos próprios capitalistas. Maricato diz: “Como já apontou Marx e desenvolveu Harvey, entre o valor de troca da cidade mercadoria e o valor de uso da cidade condição necessária de vida para a classe trabalhadora, há uma profunda oposição que gera conflito. (p. 24)” Esse conflitos podem ser entre as frações do capital pela disputa de maiores ganhos ou entre trabalhadores diretamente explorados

por esses capitais de produção do espaço urbano (como trabalhadores da construção civil), já que essa é sua principal fonte de salário. (2015, p.24-25).

Corrêa aponta os seguintes agentes de produção do espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os proprietários imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos. Esses agentes atuam sob um marco jurídico regulador das suas ações, de uma forma não neutra e variável de acordo com os interesses dominantes. Mesmo com conflitos entre os três primeiros agentes, suas ações servem ao propósito dominante da sociedade capitalista - reprodução das relações de produção - dando continuidade ao processo de acumulação. Cabe ao Estado minimizar os conflitos entre as classes.

4.2 O ESTADO

Seguindo com Corrêa, a atuação do Estado é complexa, variável: “O Estado pode atuar diretamente como um grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário²⁹”. Cabe também ao Estado:

A implementação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente e esperado. A elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, entre outras de zoneamento e o código de obras, constituem outro atributo do Estado no que se refere ao espaço urbano. ” (p.24)

A ação do Estado não acontece ao acaso nem é socialmente neutra, “como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e seus conflitos. ” (p.26) A intervenção do Estado na Ponta do Leal mostra como sua ação carrega um intenso conflito de interesses, alianças e oscilações dos detentores do poder - sendo os últimos historicamente privilegiados - além de atuar em três níveis políticos-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal.

A cada um desses níveis sua atuação muda, assim como o discurso que encobre os interesses dominantes. É no nível municipal, no entanto, que esses interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz. Afinal a legislação garante à municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano,

²⁹ Em órgãos como a COHAB o Estado atua como promotor imobiliário.

poderes que advêm, ao que parece, de uma longa tradição reforçada pelo fato de que, numa economia cada vez mais monopolista, os setores fundiário e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação das elites locais. A atuação do Estado, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e reprodução das classes sociais e suas frações. (p.26)

Como vimos, o Estado em nível municipal e estadual, representados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e pela CASAN, tinha como interesse a remoção da comunidade pobre para uma maior valorização da terra já habitada por uma população com importante poder econômico e social. Essas elites locais ocupam espaço na tomada de decisão na regulamentação do uso do solo, no controle de impostos fundiários e no investimento público em cada área, sendo lucrativo para esses setores a construção da Beira Mar Continental e, conseqüentemente a remoção da população pobre. Historicamente, o planejamento urbano é usado como ponte entre o capital privado e estatal, reforçando alianças político-administrativas em diferentes escalas:

O que se viu com a estratégia de planejamento orientado à atração de investimentos, especialmente no Brasil, foi a canalização e a concentração de recursos públicos e privados nas regiões de interesse do mercado imobiliário, gerando alterações significativas no tecido urbano e social. A face excludente foi o resultado de muitas intervenções, planos estratégicos e operações urbanas em que houve preponderância dos aspectos econômicos sobre as políticas urbanas. Os decorrentes aumentos generalizados dos valores imobiliários frequentemente aumentaram ainda mais as desigualdades intra-urbanas. Nesta competição dura entre cidades pela atração de investimentos, parte da população seria sacrificada, sendo este "custo" um inevitável efeito colateral das medidas adotadas para se obter crescimento econômico, objetivo último e leitmotiv do Estado neoliberal. (PEREIRA, E. et al. 2019. p. 6)

Com o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, o Estatuto da Cidade (2001) é aprovado e com ele se inicia uma tradição democrática de participação. A partir da lei 10.257/2001, cabe também ao Estado garantir a participação legal da sociedade civil na produção do espaço urbano.

Art.43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

- I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- II – debates, audiências e consultas públicas;
- III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano

É necessário ressaltar, no entanto, que a participação institucional tem limites. MirafTAB (2016) diz que “A questão de fundo é que o Estado capitalista e os especialistas buscam manter o *status quo* através da inclusão democrática liberal defrontam-se com as limitações de sua promessa” (p.366). Essas limitações são nítidas desde seu princípio por serem espaços criados pelo próprio Estado dentro da institucionalidade burguesa. É a partir dos limites da participação institucional que:

(...) grupos sociais podem buscar essa participação de forma transgressora, procurando pressionar os governantes a escutá-los ou até procurando desestabilizar um governo considerado antidemocrático ou injusto. Para que isso aconteça, são desenvolvidas práticas que podemos denominar insurgentes, a saber: ações que transgridem os códigos jurídicos para defender direitos. Estas utopias anseiam o direito a participar no desenvolvimento de uma cidade diferente. (PEREIRA, E. et al. 2019. p. 8)

Embora historicamente o Estado trabalhe para garantir a norma, a partir de Souza (2017), Luis Felipe Cunha (2020) nos indica que é necessário se abrir para a conjuntura:

Se é fato que o Estado nunca demonstrou ser um agente neutro em relação a produção do espaço urbano, não necessariamente, ou nem sempre, ele agirá em favor de iniciativas individuais e excludentes, e pode, a depender da correlação de forças e conjunturas de poder, beneficiar projetos de alcance social e desenvolvimento socioespacial. (...). Ainda que a estrutura, representada pelo Estado seja sempre e em última instância, garantidor de uma norma heterônoma, ‘um governo (uma conjuntura) pode vir a existir de tal maneira que, pela constelação de poder que o sustenta, que ele expressa, que o empurra para a frente, existe em contradição dialética com o aparelho de Estado, atritando com a essência institucional deste. (CUNHA, 2020)

A atuação do MPF no caso da Ponta do Leal é um caso nítido onde o Estado beneficiou um projeto de alcance social e desenvolvimento socioespacial. Acreditamos que muito se deve ao fato de figuras importantes neste processo - Isolde Espíndola³⁰ e Analúcia Hartmann³¹, SPU e MPF - assumirem um compromisso político público com um projeto progressista para o país.

³⁰ Isolde Espíndola foi afastada da Superintendência do Patrimônio da União em 2013 após suspender alvarás de empreendimentos privados nas praias de Jurerê Internacional. É filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e tem em seu histórico diversos casos de luta por direitos das minorias. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/especulacoes-e-repudio-pela-saida-de-isolde-espindola-da-superintendencia-de-patrimonio-da-uniao/>. Acesso em 14/02/2020.

³¹ Como pode ser visto no livro “Memórias do MPF Catarinense” publicado em 2018, a Procuradora da República, experiente no direito ambiental, na proteção do direito da população indígena e contra a falta de equidade de gênero e raça no MPF, relata “a burocracia é um obstáculo a

4.3 PRÁTICAS ESPACIAIS E PLANEJAMENTO INSURGENTE

“Insurgente: se revolta contra um poder estabelecido; que possui uma opinião contrária à; que se levanta contra algo ou alguém.”³²

Após uma onda de protestos e levantes ocorridos pelo mundo nas últimas décadas, diversos autores têm se debruçado a estudar as diferentes práticas espaciais que reivindicam uma nova forma de viver a cidade. Aqui, será utilizado como base teórica principal os escritos de Faranak Miraftab (2009; 2016), Marcelo Lopes de Souza (2013; 2017) e James Holston (2016), além do projeto de pesquisa do Laboratório Cidade e Sociedade sobre práticas espaciais e planejamento insurgente (2019).

Para tratarmos das práticas espaciais insurgentes, lembraremos aqui do pensamento de Lefebvre em relação às práticas espaciais, que, em “A Produção do Espaço” o autor:

(...) traz, dentro da perspectiva dialética, a ideia de que o espaço é ao mesmo tempo produto e condicionante das relações sociais. Lefebvre fundamenta o conceito de espaço social desenvolvendo a ideia de complementaridade entre as duas dimensões - espaço e sociedade - através do tempo histórico. (...) A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela põe e supõe, numa interação dialética: ela produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. (...) Para a análise, a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço” (LEFEBVRE *apud* PEREIRA, El. et al. 2019, p.12)

Assim, fica explícita a indissociação entre espaço e sociedade e, logo, que práticas espaciais são necessariamente práticas sociais. “Práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (...) é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetos a serem alcançados” (SOUZA, 2013, p.241). Souza mostra que as práticas espaciais podem e tem servido ora a dominação, ora a emancipação social; essas últimas, emancipatórias, são as denominadas insurgentes: elas “remetem à ideia de práxis, ou seja, à ação (ou conjunto estruturado de ações) visando a transformação da realidade, politicamente falando” (SOUZA, 2013, p.250).

vencer, mas estamos evoluindo, apesar das ameaças e dos tempos difíceis que o país atravessa (mais uma razão de trabalharmos com afinco e resistir à barbárie).” Se mostrando alinhada à ideais progressistas. Disponível em:

<http://www.mpf.mp.br/sc/arquivos/memorias-do-mpf-catarinense-1>. Acesso: 14/02/2020.

³² Dicionário online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/insurgente/>

James Holston (2016) defende que a interseção entre “fazer a cidade acontecer”, “ocupar a cidade” e “reivindicar direitos” gerou os movimentos chamados por ele de insurgentes e que se mostram como uma nova forma de democracia direta. Para ele:

Em alguns casos, os manifestantes pediam que o Estado alargasse os direitos existentes, incluísse o excluído e mudasse a política feita pelos canais políticos estabelecidos. No entanto, em muitos outros casos, eles rejeitaram as políticas delegadas e verticalizadas, desafiando o Estado com fontes e concepções alternativas de direitos que surgiram de suas produções da vida na cidade e que foram prefiguradas em seus próprios processos de assembleia e deliberação. Assim, as demandas por alternativas mais radicais não foram para que os Estados ampliassem os direitos já existentes. Foram, em vez disso, para que os Estados reconhecessem a legitimidade e a inevitabilidade de direitos que emergiram a partir das próprias lutas diárias para fazer a cidade acontecer – no processo de produzi-la por meio da vida e do trabalho de seus residentes – e daquilo que foi forjado durante as formas alternativas de assembleia política. (2016, p. 192)

Miraftab (2016) em contrapartida, mostra em seu artigo que um ativismo que busca apenas garantir os mecanismos da democracia representativa constitui o que Svirsky (2010) designa de ‘ativismo escravo’. (2016, p.369):

Este tipo de ativismo escravo é o que a teoria despolitizada de planejamento celebrou e popularizou como planejamento inclusivo através da participação cidadã, do desenvolvimento comunitário de movimentos sociais e envolvimento de movimentos sociais. O planejamento insurgente rompe com esse modo de pensar de formas radicais. O planejamento insurgente desafia o confinamento e a conformação das ações dos cidadãos às normas do Estado democrático liberal e do aparato de mercado e também reconhece como os cidadãos podem usar essas normas para induzir uma ruptura e criar algo novo.

A busca por alternativas dentro da ordem pode não ser suficiente quando se almeja algo novo. O planejamento insurgente busca, essencialmente, uma ruptura radical com as “normas do Estado democrático liberal e do aparato de mercado e também reconhece como os cidadãos podem usar essas normas para induzir uma ruptura e criar algo novo.” (MIRAFTAB, 2016, p. 369) A autora segue:

Ativistas insurgentes põem em prática uma distinta compreensão de justiça. Para alcançar um resultado, eles mudam a base do seu clamor por justiça, da concepção de justiça de Rawls (1971) enquanto igualdade para a noção de Young (1990), da justiça baseada no reconhecimento da diferença e de sua política. Eles entendem não ser suficiente dar direitos individuais e um tratamento igualitário como advoga a política liberal de justiça. Ao contrário, pedem o urgente reconhecimento de formas de opressão autodeterminadas e baseadas em grupos. (2016, p. 368)

4.3.1 Lutas combinadas

As práticas aqui estudadas podem combinar luta institucional e ação direta. Segundo Souza (2017), estas lutas podem ser resultantes da combinação entre ação social “contra o Estado”, “apesar do Estado”, e mesmo, “com o Estado”.

Miraftab (2016) vai ao encontro de Marcelo Lopes de Souza, ao também acreditar que essas ações são combinadas. A autora trabalha com os conceitos de “espaços convidados”, os quais são marcados por formas selecionadas de ação dos cidadãos e de suas organizações sancionadas pelos grupos dominantes; e “espaços inventados” sendo insurreições e insurgências que o Estado e as corporações sistematicamente buscam colocar no ostracismo e criminalizar (2016, p.369). Miraftab aponta que a atuação nesses espaços não deve ser vista de forma dissociada:

Os dois tipos de espaços que discuto encontram-se em uma relação dialética e de interação mutuamente constituída, não em uma relação binária. Evidências concretas mostram que as práticas dos movimentos sociais, que almejam alcançar mais do que as necessidades individuais, que é a meta da inclusão liberal, frequentemente tem de se mover **através e entre aqueles espaços de acordo com as necessidades específicas da luta**. Mas instituições de poder, tais como a mídia dominante, o Estado, organizações internacionais de ajuda, configuram esses espaços convidados e inventados em uma relação binária, e tendem a criminalizar os últimos, designando apenas os primeiros como espaços “apropriados” para as vozes e participação dos cidadãos. Devemos observar que uma construção binária de espaços convidados e inventados arrisca uma concepção fixa equivocada de estabilidade em cada espaço. **Essa construção binária desconsidera a flexibilidade e a natureza inovadora do capitalismo e como ele se desdobra sobre o que quer que esteja a sua margem e busca incorporar o que quer que possa constituir uma ameaça a ele**. O que hoje é uma alternativa pode se tornar uma tendência dominante e despolitizada pela repressão e cooptação amanhã, com sua força transformadora minada (MIRAFTAB, 2016, p. 369, grifo nosso).

O apontamento acerca da “flexibilidade e natureza inovadora do capitalismo” é de extrema importância visto que a atuação de frações do capital não é homogênea e não é facilmente prevista. Como pode ser visto nas ações do poder hegemônico sobre a Ponta do Leal, em diferentes momentos e por diferentes razões, o capital atuou de formas diferentes. É marcante o trecho relativo a incorporação pelo capital de diferentes formas que podem colocá-lo sob ameaça. Partindo do pressuposto que os espaços convidados são criados pelo próprio capitalismo, quais seriam as chances de, de forma singular, esses espaços serem os únicos a transformar a realidade? Por que o capitalismo abriria brecha para sua própria destruição? Surge daí a necessidade de atuar de forma combinada.

Miraftab levanta o questionamento: “Será que todo ato de insurreição ou ato disruptivo constitui uma contribuição progressista a um urbanismo humano? Ou pode ser antidemocrático, reacionário ou mesmo fascista? ” (p. 369) Esse é um questionamento que levanta alguns pontos essenciais a serem trabalhados. Para isso, a autora defende que as práticas insurgentes “perfazem uma ruptura ontológica não por almejarem uma fatia maior da torta, mas por desejarem um outro tipo de torta – uma torta ontologicamente distinta” (2016, p. 368). Miraftab caracteriza as práticas de planejamento insurgente como “espaços de resistência” com três características base: são práticas “contra hegemônicas”, “transgressivas” e “imaginativas”:

São práticas contra hegemônicas, pois, se opõem em alguma medida ao poder heterônomo centralizado no Estado capitalista, sobretudo em sua versão neoliberal; transgressivas (no tempo, espaço e ação), pois ancoram-se em uma consciência historicizada, a qual, em termos de ativismo, não se atém aos limites das fronteiras nacionais, e nem se contenta em obedecer às regras estipuladas pelo Estado; e, imaginativas pois, baseadas no idealismo de uma sociedade justa, propõem formas autênticas de representação do espaço vivido, a partir dos sentidos e das experiências do cotidiano dos cidadãos. Por fim, este planejamento insurgente, difere-se do planejamento institucional, pois não se baseia na “inclusão”, através de uma melhor representação de técnicos especialistas ou de políticos, mas sim, em uma “(...) inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados” (MIRAFTAB *apud* CUNHA p. 104).

Consoante, Mark Purcell (2009) mostra que o contexto neoliberal faz com que a existência de novas práticas seja mais essencial. O planejamento institucional permite, de forma legal, que as relações de poder firmadas pela elite continuem influenciando as decisões da sociedade civil em espaços criados para ela. O autor acredita que a política é essencialmente uma luta por hegemonia. Hoje, o espaço da Ilha de Santa Catarina, e do município de Florianópolis em sua totalidade, está sob poder hegemônico do capital financeiro e imobiliário, sendo práticas insurgentes capazes de afetar a hegemonia. Segundo o autor:

O planejamento participativo institucionalizado, providencia um meio extremamente atrativo para os neoliberais manterem a hegemonia enquanto garantem a estabilidade política; esta participação institucional, portanto, não é capaz de confrontar a neoliberalização. Mais promissoras, ao seu ver, são as mobilizações contra hegemônicas, cujas metas não são neutralizar as relações de poder (o que seria um reflexo da participação institucional), mas transformá-las. Ele argumenta ser necessário uma alternativa democrática não enraizada na tradição liberal, ou mesmo nas teorias deliberativas. (...). Tal mascaramento “(...) **pode ser uma ferramenta extremamente eficaz para os interesses neoliberais porque relações de poder ocultas podem permanecer intocadas enquanto uma significativa legitimidade política é conferida.** (PURCELL *apud* CUNHA, 2019, p. 107, grifo nosso)

Giselle Tanaka em sua tese “Planejar para lutar e lutar para planejar” (2017), apoiada em Sandercock (1998) e Meir (2005), define a insurgência como uma característica do planejamento “nascido de baixo, tendo como base os grupos mais vulneráveis, econômica e politicamente desfavorecidos, discriminados e oprimidos, com vistas a alcançar a justiça social” (p.229). Os autores definem esse planejamento como uma prática que inclui:

Resistência, resiliência e reconstrução. Resistência por não reconhecer os planos existentes e reivindicar o direito a seu próprio plano; resiliência pois, ao realizar a luta pela reivindicação de direitos civis, determinados em lei, e ao acionar instrumentos legais (legitimados pelo Estado e na sociedade) como veículo para seu reconhecimento, estariam rompendo com seu passado e suas tradições, baseadas na informalidade (pela visão do Estado); e reconstrução de seu discurso, ao levar para o processo de planejamento sua narrativa cultural local, e colocá-la a seu serviço. (Meir, 2005 apud TANAKA, 2017, p 231)

4.4 A INSURGÊNCIA NA PONTA DO LEAL

“O fim da história como a conhecemos, pode ser também o começo da história como a queremos” - Faranak Miraftab

Longe de apresentar verdades absolutas, acreditamos que o caso da Ponta do Leal é caracterizado como uma prática espacial insurgente. De início, já se mostra anticapitalista pela localização escolhida pelo Senhor Alonso - homem pobre, pescador, migrante – faz sua casa “um ranchinho” para morar perto do seu sustento, o mar. O capitalismo, historicamente, empurra a classe trabalhadora do centro da cidade e para longe do seu local de trabalho. O Balneário do Estreito era uma área cara à burguesia e era usada, desde 1950, como uma área para receber o capital excedente do centro urbano. Como pôde ser visto na Figura 1 deste trabalho, todo aquele espaço era destinado à construção de um centro industrial indutor da economia.

Dessa pequena casa, várias pequenas casas. Avançando sobre o mar em palafitas, forma-se uma comunidade de 96 famílias que dividem seu sustento, majoritariamente, entre a pesca, o mercado informal e trabalho no comércio. No início do século já estava formada uma ocupação urbana em uma área com alto valor agregado. Ocupações que são, por si só, transgressoras da ordem socioespacial

imposta. A comunidade pede para ser assim chamada, já que, de forma comunal, eles construíram suas próprias casas e mantinham relações de afeto, atenção e cuidado.

Geissler, Loch e Oliveira (2007), atestam que:

O projeto da Av. Beira-Mar Continental no Estreito, que atinge o núcleo de pesca da Ponta do Leal na face frontal e dificultará a atracação de barcos, que ocorre na área, dificultará ou inviabilizará as atividades pesqueiras e contribuirá para o rompimento da relação com o mar. As palafitas constituem tipo de construção vernácula, que expressa a simplicidade de formas, uso de materiais locais, a escala humana e a integração na paisagem.

Sabendo do projeto de construção da Beira Mar Continental e da provável valorização daquela área, Roberto Salum (jornalista e representante da mídia hegemônica) denuncia a situação ambiental da comunidade ao Ministério Público Federal. Moradores também relatam, em entrevistas cedidas aos veículos de comunicação, a preocupação com o aumento do custo de vida com a construção da Beira Mar.

Antigo prefeito, César Souza Júnior disse em entrevista³³ que “é uma vergonha para Florianópolis, em uma área tão nobre, tão bonita, uma situação de palafita.” Geissler, Loch e Oliveira (2007), resgatam o aspecto cultural das palafitas como artefato proveniente dos povos nativos da região, os carijós. Muito se percebeu na pesquisa para este trabalho diversos discursos de representantes do Estado preocupados primeiramente com a beleza da cidade, não com a condição de vida de uma população de quase quinhentas pessoas. É nítido o interesse do capital imobiliário com a remoção da comunidade, já que um imóvel com vista para favela tem um preço mais baixo que um imóvel com vista para o mar.

Cunha (2020) aponta que mecanismos institucionais de participação podem permitir avanços, mas também “há sempre um risco permanente de cooptação estrutural, na qual as instituições participativas se tornam um apêndice, um braço do Estado capitalista” e que, para que isso não aconteça, é importante a organização e instrumentalização do povo para lutar por direitos. Muitos acreditaram que eleger um representante para associação de moradores era suficiente. Gão foi um importante agente nesse quesito: foi um dos responsáveis pela formação política e jurídica da comunidade, organizou assembleias para unificar demandas e organizar politicamente o grupo. O líder comunitário também conta que muitos moradores foram

³³ Disponível em: <https://youtu.be/ZRVe3g4dkF4>. Acesso em 15/02/2020.

“comprados” (cooptados) por representantes do capital: trocavam votos em assembleias por materiais para construção civil, por vagas em creches ou pelo “prestígio político”. Gão também conta que a maioria daquela população tem pouco tempo livre para se dedicar a algo que não seja o trabalho ou já tiveram experiências ruins com a participação. Tanaka (2017), trata um pouco sobre a dificuldade da organização política em comunidades:

Muitos dos grupos populares que começam a se organizar para resistir não contam inicialmente com uma mobilização interna muito grande. Em alguns casos, são lideranças políticas eleitas para associações de moradores, ou integrantes de entidades que atuam no bairro, que iniciam o processo de mobilização para a resistência e a luta política. (p. 246)

Quando conquistam finalmente o direito à moradia digna, a solução da Prefeitura é a realocação para áreas periféricas da cidade e fragmentação da comunidade. Mais uma vez a comunidade diz não. E faz mais: marca encontros às escondidas com as comunidades que iriam recebê-los e, juntos, conquistam o direito à moradia para duas comunidades. Anos de resistência se passaram e encontraram a saída para permanecer onde estão. Se o argumento de muitos contra a comunidade era a não propriedade da terra e mereciam a desapropriação, descobriu-se que a CASAN tinha adquirido aquelas terras de maneira ilegal e deveria ser desapropriada – pelo menos em parte.

A comunidade da Ponta do Leal agiu de forma combinada ao lutar pelos seus interesses. Onde era possível e tinha espaço, direitos foram reivindicados por via institucional: melhorias no saneamento, participação em projetos da Prefeitura de lazer para as crianças, participação ativa na construção do Plano Local de Habitação de Interesse Social (presença em reuniões públicas locais, em audiência pública e na consulta pública pela internet), disputas com o Ministério Público Federal e com a Prefeitura de Florianópolis em espaços convidados, lutas travadas na Câmara de Vereadores etc. Poucos direitos foram conquistados somente em espaços convidados. Houve a necessidade de inventar espaços: negar a realocação para áreas periféricas como foi inicialmente proposto, convocar o próprio prefeito para uma assembleia da comunidade, apresentar um projeto apropriado para as condições de vida específica daquelas pessoas, negação a participar de espaços verticalizados pela PMF etc.

Existiu a necessidade de atuar “contra o Estado”, “com o Estado” e “apesar do Estado”, seguindo a tipologia de Souza (2013). Contra o Estado em momentos em

que ele desempenhava o papel de agente imobiliário, favorecendo a segregação espacial; com o Estado na atuação do MPF e luta institucional por direitos; e apesar do Estado propondo seu próprio projeto para o conjunto habitacional. É importante relembrar o momento narrado por Gão para o projeto das casas: coletivamente, com todos os moradores, o projeto foi pensado com intuito de atender as necessidades e especificidades daquela população.

Não existe (e não pode existir) uma “fórmula insurgente”. É intrínseco a essas práticas o respeito à sua formação socioespacial, à conjuntura política e a relação de poder. Esses elementos são únicos e não podem ser silenciados. Miraftab (2016) comenta:

O planejamento insurgente não tem projetos urbanísticos; além de sua estrutura normativa, ele não pode ter um plano urbanístico, um projeto físico, à medida que isso poderia jogar por terra a essência das práticas imaginativas e relacionais que necessita. O planejamento insurgente é específico do contexto e responde ao conjunto de atores e relações que encontra em um dado contexto disputado. (p. 375)

Assim, acreditamos que o caso da Ponta do Leal conta com um conjunto de práticas espaciais insurgentes estabelecendo um planejamento para aquela área específica e lutando por direito à cidade.

Conforme David Harvey (2014):

O direito a cidade deve ser entendido não como um direito ao que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta: que erradique a pobreza e a desigualdade social e cure as feridas da desastrosa degradação ambiental. Para que isso aconteça, a produção das formas destrutivas de urbanização que facilitam a eterna acumulação de capital deve ser interrompida. (p. 247)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Florianópolis tem se caracterizado nas últimas décadas como uma capital que atrai pessoas das mais diversas origens do país. Uma economia que tem suas bases na própria administração pública (por ser capital do Estado), turismo cada vez menos sazonal e uma indústria de softwares cada vez mais importante. Seu território, caracterizado por aspectos naturais diversos, apresenta muitos ambientes onde as amenidades atribuem um grande valor de troca aos imóveis. Cada vez mais a parte insular do município tem sido destinada a imóveis de alto valor imobiliário; por sua vez, o continente próximo também se tornou um território de expansão de capital imobiliário. Embora possua um plano de habitação para famílias de baixa renda, o município produz um insuficiente número de habitações para tal população há muitas décadas. Desta forma, a população que não tem condições de entrar no mercado imobiliário formal do município procura resolver suas necessidades habitacionais de diversas maneiras: procuram os municípios limítrofes onde o preço da terra é mais baixo ou ocupam espaços onde o mercado imobiliário está impedido por lei de empreender, como encostas de morro, dunas, manguezais, margens de curso d'água ou mesmo áreas alagadas. Há uma certa naturalização de que a ilha deva ser reservada às camadas mais ricas da população.

É neste contexto de uma cidade onde o poder hegemônico ligado à produção imobiliária para faixas de renda média e alta domina o planejamento urbano, que o presente estudo objetivou compreender uma experiência de resistência urbana de uma população que procurou continuar ocupando um espaço com claras características de expansão do mercado imobiliário, entendendo que quando a participação institucional não é suficiente para reivindicar direitos básicos – como o de moradia - somente a luta organizada e instrumentalizada é capaz de imprimir o êxito na batalha contra a dominação do capital. Para isso o estudo procurou responder a seguinte pergunta: como a comunidade da Ponta do Leal, não obstante a pressão do mercado imobiliário, permaneceu próxima à área inicialmente ocupada por ela há décadas?

Após uma pesquisa acerca da formação socioespacial da cidade de Florianópolis, da dominação deste espaço, do entendimento da dinâmica de segregação imposta a população pobre desde o final do século XIX e das relações de

poder incidentes neste território, a atenção foi destinada à área de estudo. O histórico da comunidade foi sistematizado e analisado, de maneira cronológica, permitindo com que momentos importantes estivessem presentes para a construção do levantamento dos agentes que atuaram neste processo e suas respectivas atuações.

O objetivo geral deste trabalho de “compreender o processo de organização da comunidade, no processo de resistência à remoção do espaço ocupado e na definição das condições da solução habitacional ofertada pelo poder público” foi alcançado, pelo menos em grande parte. Constatamos que a comunidade da Ponta do Leal contou com a atuação de diversos agentes transformadores do espaço urbano para a conquista do conjunto habitacional, principalmente do Estado, revelando que papel dele é diverso como constatou Lobato Corrêa. Ora atuando enquanto garantidor de políticas públicas, ora como grande industrial, consumidor do espaço e de localidades específicas. Constatamos igualmente o importante papel de líderes comunitários e da população presente e participante de espaços políticos de discussão e garantia de direitos foram imprescindíveis para a permanência naquele espaço. Esses foram os principais agentes insurgentes.

Para atender tais objetivos, a pesquisa buscou fontes secundárias e primárias para compreender, com o mínimo de ruído possível, o avançar deste processo. É necessário destacar a importância das entrevistas cedidas pela procuradora do MPF e pelo líder comunitário, dois representantes dos principais agentes neste processo, essenciais para a construção de um histórico fiel e representativo. As fontes secundárias, matérias de jornal, notícias em *blogs*, vídeos e entrevistas publicadas sobre o tema foram consultadas para checar, precisar datas de acontecimentos e acrescentar informações pertinentes passadas despercebidas pelos entrevistados. Cabe ressaltar a dificuldade de encontrar informações sobre a formação do Continente, sendo o trabalho majoritariamente baseado em fontes sobre a formação de Florianópolis e, somente quando o Estreito foi incorporado ao município pode se obter informações diretas da área de estudo.

A comunidade da Ponta do Leal e a conquista de moradia no Balneário é aqui considerada como insurgente por se constatar, segundo Mirafteb, imaginativa, transgressiva e contra hegemônica: imaginativa, por se mostrar pronta para descobrir e propor a moradia que deseja; transgressiva em tempo e espaço, por permanecerem em um lugar historicamente não “pertencente” a eles e; contra hegemônica por

desafiar a ordem do capital. A população, atuante em espaços convidados e imaginados, foi capaz de conquistar o único Minha Casa Minha Vida de faixa 1 do município de Florianópolis e reverter a lógica capitalista de segregação socioespacial. A insurgência acontece quando se solucionam problemas com a criação de novos espaços de atuação, podendo ser “contra o Estado”, “apesar do Estado” e até mesmo “com o Estado”; não invalidando essas diferentes atuações.

Também é preciso reconhecer que esse trabalho apresenta limites. Limitações de ordem metodológica, pois consideramos que seriam necessárias mais entrevistas a fim de qualificar o histórico da ocupação e melhor conhecimento da realidade do objeto de estudo. Limitações de ordem da revisão bibliográfica, tanto pela ainda incipiente produção acerca do tema no Brasil, quanto pelo tempo investido para essa busca. Limitações também pela proximidade temporal, na medida em que esta pesquisa foi iniciada ainda no desenrolar dos fatos finais relatados no trabalho. Como o objeto de estudo encontra-se em movimento, não é possível apresentar um fim ao seu histórico.

Ainda há muito o que se estudar sobre ocupações urbanas em Florianópolis e na área conurbada com os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu: que outras experiências de insurgência no campo habitacional ocorrem nesta área? Como se deu a articulação entre comunidade da Ponta do Leal e o Ministério Público? Qual o papel do poder econômico no processo estudado?

A participação institucional apresenta limites materiais e novas práticas surgem para sanar os problemas da população. O Laboratório Cidade e Sociedade da Universidade Federal de Santa Catarina segue em sua pesquisa sobre práticas espaciais insurgentes nesta cidade, mas há muito o que estudar aqui e em todo o Brasil. Enquanto o modelo econômico continua a produzir a desigualdade, novas formas de resistência urbana têm aparecido e demandam um maior aprofundamento.

REFERENCIAS

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira República**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

ATLAS GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. Florianópolis: IBGE, Conselho Regional de Geografia, Diretório Regional de Santa Catarina, 1958.

BASTOS, J. M; CASARIL, Carlos Cassemiro. **A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica**. Florianópolis: Geosul, v. 31, n. 62, p 271-298, jul./ago. 2016.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo, Ática, 2004.

CUNHA, Luis Felipe. **A esfera pública e o Plano Diretor Participativo de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013

_____. **Insurgências, práticas espaciais e planejamento urbano: uma aproximação conceitual**. No prelo.

_____. **Práticas espaciais e planejamento insurgente: os casos do Campeche em Florianópolis e de Pointe-Saint-Charles em Montreal**. Tese de Doutorado. Florianópolis: 2019.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo. 2015.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina: O lazer na orla marítima de Florianópolis**. Esboços: histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. pp. 4-11, jan. 1994. ISSN 2175-7976.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/395>>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

GEISSLER, Helenne Jungblut; LOCH, Carlos; OLIVEIRA, Roberto de. **Palafitas: tipologias habitacionais em áreas costeiras de Florianópolis – SC**. VII Seminário Internacional Da Lares. USP, São Paulo, 25 e 26 de outubro de 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005 (Coleção Geografia e Adjacências).

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes. 2014

HOLSTON, J. **Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Recife, V.18, N.2, Maio-Agosto, 2016.

LOPODOTE, Maria Luiza, *et al.* **Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** São Paulo: Elefante, 2019. Disponível em: https://clnicasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/corposquesofrem_web.pdf Acesso em: 27 de dezembro de 2019.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular. 2015.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgent planning: situating radical planning in the global South.** Planning theory, 2009.

_____. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, V. 18, nº 3, p. 363-377, set.-dez. 2016.

NASCIMENTO, Mirian Alves do. **Ajustes e desajustes em Florianópolis (1890-1930).** Florianópolis: Revista Santa Catarina em História, v.1, n.1, 2008.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PALMA, Gisele Bochi. **A colcha de retalhos do espaço urbano: Sociabilidades, transformações e revitalização na criação da Beira-Mar Continental - Florianópolis (1926-2008).** Dissertação de Mestrado. 2010.

PELUSO, Victor Antonio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PEREIRA, Elson. M. **Qual planejamento urbano no contexto da sociedade da incerteza? Florianópolis e seus planos diretores.** Geosul, p. 103-121, 2010.

_____. *et al.* **Práticas Espaciais e Planejamento Insurgentes: /estudo da Região conurbada de Florianópolis.** Projeto de Pesquisa CNPq. 2019.

PURCELL, Mark. **Resisting neoliberalization: communicative planning or counter-hegemonic movements?.** In Planning Theory, vol 8(2). University of Washington. 2009.

ROQUE, Tatiana. **Resistir a quê? Ou melhor, resistir o quê?** Revista Lugar Comum: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, Rio de Janeiro, v. 17, setembro-abril, 2002.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. **O impasse da “formação nacional”.** In FIORI, José Luís (org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTO JR., Orlando. **Espaços Urbanos Coletivos, heterotopia e o Direito à Cidade: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey**. In: COSTA *et al.* Teorias e Práticas Urbanas: condições para uma sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, O. A. Cidade, Cidadania e Planejamento Urbano: desafios na perspectiva da reforma urbana. In: FELDMAN, S. e FERNANDES, A. (org.), **O Urbano e o Regional no Brasil Contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador: EDUFBA, 2007. 293-314.

SOUZA, Eduardo Leite; SUGAI, Maria Inês. **Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 20, n. 41, p. 75-98, Apr. 2018.

SOUZA, Jéssica Pinto. **O plano diretor de 1952-1955 e as repercussões na estruturação urbana de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado: UFSC. 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno norte-ilha**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 1994
_____. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na Área Conurbada de Florianópolis**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

TANAKA, Giselle. **Planejar para lutar e lutar para planejar: possibilidades e limites do planejamento alternativo**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: 2017.

LEIS

BRASIL. Lei n 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.
_____. Lei n 3.237 de 07 de agosto de 1989.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei n14.675 de 13 de abril de 2009 - Código Estadual do Meio Ambiente